

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM  
SAÚDE PÚBLICA**

**Modalidade: a Distância**

## SUMÁRIO

<b>1. IDENTIFICAÇÃO.....</b>	<b>5</b>
1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO.....	5
1.2 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO.....	5
1.3 CORPO DIRIGENTE DA UNIDADE DE ENSINO.....	5
1.4 COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO.....	6
1.5 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	6
1.6 HISTÓRICO DO CAMPUS.....	10
<b>2. APRESENTAÇÃO DO CURSO.....</b>	<b>12</b>
2.1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	12
2.2 JUSTIFICATIVA.....	13
2.3 PÚBLICO - ALVO.....	17
2.4 FORMAS DE INGRESSO.....	17
2.5 OBJETIVOS.....	17
2.6 PERFIL DO EGRESSO.....	18
2.7 MODALIDADE.....	18
<b>3. ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR.....</b>	<b>18</b>
3.1 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA.....	19
3.2 ESTRUTURA CURRICULAR.....	22
3.3 MATRIZ CURRICULAR.....	23
3.4 AVALIAÇÃO.....	24
<b>3.4.3 Trabalho de Conclusão de Curso.....</b>	<b>25</b>
3.5 INCLUSÃO E APOIO AO DISCENTE.....	26
3.6 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM.....	26
3.7 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO.....	29

3.8	CERTIFICAÇÃO .....	29
<b>4.</b>	<b>EQUIPE DE DOCENTE E TUTORES DO CURSO .....</b>	<b>29</b>
4.1	REQUISITOS DE FORMAÇÃO .....	29
4.2	EQUIPE DOCENTE CONSTITUÍDA PARA O CURSO .....	30
<b>4.2.1.</b>	<b>Índice de Qualificação .....</b>	<b>31</b>
<b>5.</b>	<b>GESTÃO ACADÊMICA.....</b>	<b>32</b>
5.1	COORDENAÇÃO DO CURSO.....	32
5.2	COLEGIADO DO CURSO .....	35
5.3	DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO CAMPUS .....	35
5.4	EQUIPE TÉCNICA PEDAGÓGICA .....	36
5.5	COORDENAÇÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS .....	37
5.6	COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA.....	37
5.7	NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS .....	37
<b>6.</b>	<b>INFRAESTRUTURA .....</b>	<b>37</b>
6.1	INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS .....	37
6.2	INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS .....	39
<b>6.2.2</b>	<b>Acessibilidade para alunos com deficiência visual.....</b>	<b>39</b>
6.3	INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA .....	40
6.4	INFRAESTRUTURA DE LABORATÓRIOS.....	40
<b>6.4.1</b>	<b>Laboratórios Didáticos de Formação Básica .....</b>	<b>41</b>
<b>6.4.2.</b>	<b>Laboratórios Didáticos de Formação Específica .....</b>	<b>42</b>
6.5	BIBLIOTECA.....	42
6.6	OUTROS AMBIENTES ESPECÍFICOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM .....	43
<b>7.</b>	<b>TECNOLOGIA DE EAD (PARA OS CURSOS A DISTÂNCIA) .....</b>	<b>43</b>

7.1	PRODUÇÃO EM EAD .....	43
7.2	PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO .....	44
7.3	FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM .....	45
<b>8.</b>	<b>BASE LEGAL .....</b>	<b>46</b>
<b>9.</b>	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>49</b>
<b>10.</b>	<b>APÊNDICE: PLANO DE DISCIPLINA .....</b>	<b>50</b>

## **1. IDENTIFICAÇÃO**

### **1.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO**

Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

CNPJ: 10.817.343/0001-05

Endereço: Av. Lauro Sodré, 6500 - Aeroporto, Porto Velho - RO, 76803-260

Telefones: (69) 2182-9601

E-mail: reitoria@ifro.edu.br

### **1.2 DADOS DA UNIDADE DE ENSINO**

Nome: Campus Guajará-Mirim

CNPJ: 10.817.343/0009-54

Endereço: Av. 15 de Novembro, 4849, Planalto, Guajará-Mirim/RO, 76.850-000

Telefones: (69) 99985-4314

E-mail: campusguajara@ifro.edu.br

### **1.3 CORPO DIRIGENTE DA UNIDADE DE ENSINO**

#### **1.3.1 Corpo Dirigente – Reitoria**

Reitor *Pro Tempore* : Edslei Rodrigues de Almeida

Pró-Reitora de Ensino: Sheylla Chediak

Pró-Reitora de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Dany Roberta Marques Caldeira

Pró-Reitora de Extensão: Maria Goreth Araújo Reis

Pró-Reitora de Administração: Arijóan Cavalcante dos Santos

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional: Gilmar Alves Lima Junior

Coordenadora de Pós-Graduação: Michele Gomes Noé da Costa

#### **1.3.2 Corpo Dirigente - Unidade de Ensino**

Diretora Geral do Campus: Elaine Oliveira Costa de Carvalho

E-mail: dg.guajara@ifro.edu.br

Diretora de Ensino: Maria Enisia Soares de Souza

E-mail: de.guajara@ifro.edu.br

Chefe do Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Marcos Barros Luiz

E-mail: depesp.guajara@ifro.edu.br

Coordenadora de Pós-Graduação: Paulo Apolinário Nogueira

E-mail: cposg.guajara@ifro.eu.br

#### 1.4 COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

Equipe responsável pela elaboração do projeto do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Saúde Pública, modalidade EaD, constituída pela Portaria nº 46/GJM– CGAB/IFRO, de 05 de março de 2021.

**Quadro 1-** Equipe responsável pela elaboração do projeto

NOME	TITULAÇÃO
Aline Ferreira da Costa Nery de Lima	Especialista
Alcides Procópio Justiniano dos Santos Junior	Mestre
Cícera Alexandra Costa dos Santos	Mestre
Douglas Moro Piffer	Mestre
Eduardo Costa Caldeira	Mestrando
Marcos Barros Luiz	Doutor
Renato Almeida de Oliveira	Mestre

#### 1.5 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criado pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, composta pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), transformando-os em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia distribuídos em todo o território nacional.

O Instituto Federal de Rondônia (IFRO) surgiu em 2007, como resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia (à época em processo de implantação, tendo Unidades em Porto Velho, Ji-Paraná e Vilhena) com a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, que já possuía 15 anos de existência. Faz parte de uma rede de 105 anos, com origem no Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, assinado pelo Presidente Nilo Peçanha. Pelo ato, foram criadas 19 Escolas de Aprendizizes Artífices, uma em cada capital federativa, para atender especialmente a filhos de trabalhadores de baixa renda.

O IFRO é detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi. É especialista na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino para os diversos setores da economia, na realização de pesquisa e no desenvolvimento de novos produtos e serviços, com estreita articulação com os setores produtivos e com a sociedade, dispondo, assim, de mecanismos para educação continuada.

Regionalmente, é resultado da integração da Escola Técnica Federal de Rondônia, à época em fase de implantação, e da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, com 15 (quinze) anos de existência. A fusão originou uma Reitoria, com a previsão de funcionamento de 5 Campi: Ariquemes, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena, e um Campus Avançado em Cacoal. Em 2014, o IFRO já possuía em sua estrutura administrativa a Reitoria, 7 (sete) *Campi* e 25 (vinte e cinco) polos de Educação a Distância.

Conforme dados da Plataforma Nilo Peçanha de 2020 (ano base 2019), o IFRO estava com 191 cursos e 20.568 matrículas totais em todos os níveis de ensino (sendo 12.637 no presencial e 7.931 na modalidade EaD), além de 1.234 servidores (Docentes: 688 e TAEs: 563). Atualmente, conforme dados do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2018- 2022), o Instituto Federal de Rondônia possui uma reitoria, 9 (nove) campi presenciais (Colorado, Porto Velho Calama, Ariquemes, Ji-Paraná, Vilhena, Cacoal, Porto Velho Zona Norte, Guajará-Mirim e Jaru) e um *campus* avançado em São Miguel do Guaporé, implantados em municípios estratégicos do estado. Mas o processo de expansão e interiorização do IFRO se faz também através da criação e implantação de polos de apoio presencial da Educação a Distância (EaD), sendo 24 polos EaD, além de mais 176 polos atendidos por meio de termo de cooperação com o governo estadual.

**Quadro 2-** Marcos Históricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

<b>ANO</b>	<b>ACONTECIMENTO</b>
<b>1993</b>	Criação da Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste e das Escolas Técnicas Federais de Porto Velho e Rolim de Moura por meio da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993. Apenas a Escola Agrotécnica foi implantada, com a oferta do Curso de Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária.
<b>2005</b>	Credenciamento da Escola Agrotécnica Colorado do Oeste como Faculdade Tecnológica, com a oferta dos primeiros cursos superiores criados: Tecnologia em Gestão Ambiental e Tecnologia em Laticínios.
<b>2007</b>	Implantação do Curso Técnico em Agropecuária em Colorado do Oeste.
	Conversão da Escola Técnica Federal de Porto Velho em Escola Técnica Federal de Rondônia por meio da Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007, com unidades em Porto Velho, Ariquemes, Ji-Paraná e Vilhena. As escolas não foram implantadas.
	Autorização de funcionamento do Campus Ji-Paraná, por meio da Portaria nº706, de 09 de junho de 2008 e do Campus Colorado do Oeste pela Lei nº11.892, de 29 de dezembro de 2008.

<b>2008</b>	Criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), por meio do artigo 5º, inciso XXXII da Lei N° 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que integrou em uma única instituição a Escola Técnica Federal de Rondônia e a Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste. Foram criados os Campi Ariquemes, Colorado do Oeste, Ji-Paraná, Porto Velho e Vilhena.
<b>2009</b>	Início das aulas do <i>Campus</i> Ji-Paraná e dos processos de expansão da rede do IFRO.
	Primeiro curso de Especialização Lato Sensu do IFRO, em Educação Profissional Integrada com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), turmas em Colorado do Oeste e outra em Ji-Paraná.
	Autorização de funcionamento do <i>Campus</i> Ariquemes, por meio da Portaria n° 4, de 06 de janeiro de 2009.
<b>2010</b>	Autorização do funcionamento do <i>Campus</i> Avançado Cacoal e do <i>Campus</i> Avançado Porto Velho Zona Norte, por meio da Portaria n° 1.366, de 06 de dezembro de 2010, além do <i>Campus</i> Vilhena, por meio da Portaria n° 1.170, de 21 de setembro de 2010. Início das atividades letivas do <i>Campus</i> Ariquemes.
	Ainda no primeiro semestre de 2010, passa a ser ofertado o curso de graduação em Química (licenciatura) no <i>Campus</i> Ji-Paraná.
<b>2011</b>	Início das atividades do <i>Campus</i> Avançado Porto Velho Zona Norte. Início da oferta dos Cursos na modalidade de Educação a Distância, em 22 (vinte e dois) polos: Técnico em Meio Ambiente; Técnico em Eventos; Técnico em Logística; Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Reabilitação de Dependentes Químicos.
	Início da primeira turma de Engenharia do IFRO (curso de Engenharia Agrônoma em Colorado do Oeste).
<b>2012</b>	Ocorre, em 28 de setembro, a primeira audiência pública do IFRO em Cacoal para apresentação dos dados da pesquisa de atividades econômicas regionais.
	A Câmara de Vereadores de Guajará-Mirim aprovou a doação do terreno para construção da sede da nova unidade do IFRO, por meio da Lei de doação do terreno sob o número 1.548/2012 da Prefeitura Municipal, com uma área total superior a 30 mil metros quadrados.



<b>2013</b>	<p>Início da oferta de cursos pelo <i>Campus</i> Porto Velho Zona Norte com os cursos presenciais de Técnico em Informática para Internet, Técnico em Finanças e Superior de Gestão Pública, além da oferta dos cursos técnicos EaD produzidos pelo IFRO de Técnico em Informática para Internet e Técnico em Finanças. Mudança na categoria de Campus Avançado de Porto Velho para Campus Porto Velho Zona Norte (Portaria nº 331, de 23 de abril de 2013). Abertura de 16 novos polos de EaD, totalizando 25 polos de EaD no Estado.</p>
	<p>Início, em janeiro, das obras do novo Campus Guajará-Mirim, através da Ordem de Serviço nº 17, de 20 de dezembro de 2012.</p>
	<p>Integração da EMARC ao IFRO como Campus Ariquemes (Portaria nº 331, de 23 de abril de 2013), e autorização de funcionamento do Campus Porto Velho Calama (Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013). Mudança de categoria de Campus Avançado Cacoal para Campus Cacoal (Portaria nº 330 de 23 de abril de 2013).</p>
	<p>Acordo de Cooperação Acadêmica com a Universidad Nacional de Colombia (UNAL), possibilitando pesquisa conjunta, realização de mobilidade estudantil e estágios, além de Termo de Cooperação com o Centro Internacional de Métodos Numéricos em Engenharia (CIMNE) com possibilidade de capacitação para servidores e alunos.</p>
<b>2014</b>	<p>Primeira consulta à comunidade do IFRO para eleição dos cargos de Reitor do IFRO. Neste ano também foram escolhidos os Diretores-Gerais dos campi de Colorado do Oeste e Ji-Paraná;</p>
<b>2015</b>	<p>Protocolo de Intenções assinado com os Institutos Politécnicos de Bragança (IPB) e do Porto (IPP) em Portugal, com realização de mobilidade estudantil e estágios.</p>
	<p>Mudança do Campus Porto Velho Calama para o novo prédio: 17 salas de aulas, 32 laboratórios, 1 auditório grande, 2 mini auditórios, restaurante e área de convivência, 1 biblioteca grande, salas administrativas para todos os departamentos e estacionamento pavimentado.</p>
<b>2016</b>	<p>Ato autorizativo dos campi Guajará-Mirim e Jaru (Avançado), ambos por meio da Portaria no 378, de 9 de maio de 2016. Guajará-Mirim foi idealizado desde 2009 para um perfil binacional.</p>
	<p>Firmado, em agosto, Termo de Cooperação com a Universidade Autônoma de Beni, que possibilita o intercâmbio de servidores e estudantes para o desenvolvimento conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão.</p>

<b>2017</b>	Realização da cerimônia de inauguração da primeira etapa do Campus avançado Jaru no dia 12 de maio de 2017, com presença do Ministro da Educação, José Mendonça Filho;
	Início dos cursos de Engenharia de Controle e Automação (Porto Velho Calama), Arquitetura e Urbanismo (Vilhena), Licenciatura em Ciências (Guajará-Mirim), Zootecnia (Cacoal e Colorado do Oeste) e curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial (Porto Velho Zona Norte).
	A tipologia do Campus Avançado Jaru foi alterada para Campus Jaru, conforme Portaria MEC N° 1.053, de 5 de setembro de 2017.
<b>2018</b>	Criação e Autorização de Funcionamento do Curso de Bacharelado em Medicina Veterinária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Jaru. (Resolução n° 88/REIT - CONSUP/IFRO, de 18 de dezembro de 2018).
<b>2019</b>	Implantação do Campus Avançado de São Miguel do Guaporé (Portaria MEC n° 1.429, de 28 de dezembro de 2018).
	Criação de 1 (um) Polo Internacional de Educação a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, na cidade de Guayramerín, na Bolívia (Resolução n° 59/REIT - CONSUP/IFRO, de 01 de novembro de 2019).
<b>2020</b>	Criação e Autorização de Funcionamento do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação – PROFNIT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, <i>campus</i> Porto Velho Zona Norte (Resolução n° 12/REIT - CONSUP/IFRO, de 22 de janeiro de 2020).

**Fonte:** PDI, IFRO (2018), com modificações.

## 1.6 HISTÓRICO DO CAMPUS

O *campus* Guajará-Mirim teve sua concepção inicial idealizada em 2009, com a então gestão do professor Raimundo Vicente Gimenez, na ocasião, Reitor do Instituto Federal de Rondônia. Esta unidade do IFRO foi concebida para atender a população da região que engloba os municípios de Guajará-Mirim, Nova Mamoré e, inclusive, a cidade boliviana de Guayaramirin, com a pretensão de atuar como escola de fronteira.

No ano de 2011, a então Presidente da República, Dilma Vana Rousseff, autorizou a implantação de novos Campi dos Institutos Federais em todo o Brasil, o que proporcionou o início do estreitamento das relações entre a gestão do IFRO e a gestão municipal da cidade de Guajará-Mirim, para tratar da implantação do atual Campus.

Diante disso, no ano de 2012, a Câmara Municipal de Guajará-Mirim aprovou a doação do terreno para a construção da sede da nova unidade do Instituto Federal de Rondônia e, o excelentíssimo prefeito sancionou a Lei 1.548/2012 de doação do terreno, com uma área total superior a 30 mil metros quadrados. Os procedimentos legais foram realizados e então a área que era ocupada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente a Agricultura passou a ser de propriedade do IFRO.

No mês de fevereiro de 2012, o senhor Atalibio Pegorini, então prefeito da cidade de Guajará-Mirim, assinou o “Termo de Compromisso” para o credenciamento do município na condição de beneficiado com a instalação do oitavo *Campus* do IFRO no estado de Rondônia. De imediato o IFRO passou a ofertar o ensino na modalidade a distância, com a implantação de um Polo EaD, disponibilizando 10 cursos técnicos subsequentes ao ensino médio à população do município.

Em janeiro de 2013, as obras do novo *Campus* tiveram início, através da Ordem de Serviço número 17 de 20 de dezembro de 2012. Com estas atividades em andamento, foi projetado o início das atividades de ensino, pesquisa e extensão do *Campus* para o ano de 2014, inclusive com a transferência do polo EaD para as instalações da unidade, porém, neste mesmo ano, a região foi assolada por grandes alagações, o que isolou o município, impossibilitando a chegada dos materiais necessários para a conclusão da obra, bem como demais mercadorias para a região e, conseqüentemente, a obra sofreu atraso e o novo cronograma de funcionamento passou para o segundo semestre de 2015.

Com o *Campus* concluído, dia 27 de julho de 2015, foi realizada a aula inaugural do Curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática concomitante ao Ensino Médio, na modalidade presencial e, na sequência o Polo EaD passou a funcionar nas dependências do Campus como era previsto.

Em 02 de fevereiro de 2016, mais de 110 alunos de Guajará-Mirim e região ingressaram no *Campus*, iniciando assim mais dois cursos, a saber: Técnico em Manutenção e Suporte em Informática Integrado ao Ensino Médio e o Técnico em Segurança no Trabalho concomitante ao Ensino Médio, sendo o último ofertado pelo PRONATEC. Em 10 de maio de 2016, o *Campus* foi oficialmente inaugurado em Brasília. Foi firmado, em agosto do mesmo ano, o Termo de Cooperação com a Universidade Autônoma de Beni, que possibilitará o intercâmbio de servidores e estudantes para o desenvolvimento conjunto de ações de ensino, pesquisa e extensão.

No ano de 2017, iniciaram-se dois cursos: o Técnico em Biotecnologia Integrado ao Ensino Médio e o curso de Graduação Licenciatura em Ciências com habilitação em Química ou Biologia, além dos cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC. No ano de 2018, iniciaram-se dois cursos: O Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio na modalidade de Educação para Jovens e Adultos (EJA) e o curso Técnico em Vigilância em Saúde subsequente ao Ensino Médio, além dos cursos de Formação Inicial e Continuada- FIC desenvolvidos na unidade durante o ano letivo de 2018.

No primeiro semestre de 2019, foram ofertados os cursos de Graduação Licenciatura em

Química e Licenciatura em Ciências Biológicas e no decorrer do ano letivo houve a oferta e conclusão de cursos FIC em idiomas tais como, Inglês, Espanhol, Francês, LIBRAS e Wari', este último é um dos idiomas indígenas da região. Ainda no referido ano, ocorreu a oferta presencial do primeiro curso de pós-graduação *lato sensu* do campus, intitulado Ensino de Ciências e Matemática.

Em 2020, foi iniciado o curso Técnico em Enfermagem, subsequente ao Ensino Médio. No mesmo ano, o *campus* Guajará-Mirim ofertou, como um dos polos EaD, o curso de Pós-graduação *lato sensu* MBA (*Master Business Administration*) em Gestão de Instituições Públicas, em parceria com o *campus* Porto Velho Zona Norte.

Em 2021, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2018- 2021), foi ofertada a segunda especialização presencial, denominada Pós-graduação *lato sensu* em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura.

## 2. APRESENTAÇÃO DO CURSO

Este curso foi proposto para atender ao Observatório Institucional realizado no *campus* Guajará - Mirim em 2017, uma vez que a área da saúde foi apontada pelos entrevistados como uma das preferências de curso para a região. Visto isso, somado ao surgimento das doenças emergentes e reemergentes no Brasil e ainda considerando que no Município há profissionais atuantes na área da saúde tanto em setores privados como no Sistema Único de Saúde e que a Saúde Pública é um conjunto de ações realizadas para a promoção do bem estar físico, mental e social da população e prevenção e tratamento de doenças por meio da análise de indicadores da saúde, o IFRO *campus* Guajará-Mirim, vem ofertar a Pós Graduação *lato sensu* em Saúde Pública, visando contribuir para a mitigação dos problemas relacionados a saúde coletiva na região.

### 2.1 DADOS GERAIS DO CURSO

**Nome do curso:** Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Saúde Pública

**Modalidade:** a distância.

**Área de concentração:** Ciências da saúde

**Área de avaliação/subárea:** Saúde Coletiva

**Linhas de pesquisa:**

1. Saúde Pública na Amazônia.
2. Educação e Tecnologias em Saúde.

**Habilitação:** Especialista em Saúde Pública.

**Carga horária:** 390 h/a

**Requisitos de acesso/forma de ingresso:** Possuir diploma de Graduação ou declaração de conclusão de curso superior/Processo seletivo específico.

**Vagas:** 250

**Prazo para integralização do curso:** Dois semestres.

**Regime de matrícula:** semestral.

## 2.2 JUSTIFICATIVA

Guajará-Mirim é um município do Estado de Rondônia, Região Norte do país, segundo maior município do estado em extensão territorial, com área de 24.855,652 km<sup>2</sup>, sendo 14,31 km<sup>2</sup> habitantes, com densidade demográfica de 1,7. Segundo o IBGE, estima-se uma população de 46.556 habitantes para o ano de 2021. Já dados do Consulado Boliviano de Guajará-Mirim evidenciam que residem no município 568 indivíduos bolivianos com idade entre 18 e 70 anos e de 1.332 indivíduos com idade entre zero e 70 anos. Desse total, 8,11% se encontram em situação regularizada e possuem documentação que legaliza sua permanência em solo brasileiro. O restante, ampla maioria (mais de 91%) permanecem na ilegalidade. De acordo com o DICRE/Departamento da Polícia Federal em Brasília/DF, já ingressaram com alguns procedimentos de regularização 461 estrangeiros, de 2012 até o mês de maio de 2013.

Os dados populacionais seguem um norte muito importante para implementação de Políticas Públicas Sociais e de Saúde voltadas para esses segmentos populacionais tão diversificados. Ainda dentro desse contexto temos a população indígena que merece destaque, pois é a maior população do Estado com 3.998 habitantes, correspondendo a 8,50% da população indígena dentro do território municipal.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança de vida, natalidade e outros fatores para os diversos países do mundo. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente bem-estar infantil. O IDH de Guajará-Mirim 1991 a 2010 corresponde ao crescimento de 40,38%, ou seja, saindo do 0,468 para 0,657, ocupando a 17<sup>a</sup> posição entre os 52 municípios de Rondônia. E apesar de apresentar melhora no percentual de população em extrema pobreza, passando de 14,84% em 1991, para 10,38% em 2010, Guajará-mirim registra ainda um alto índice de população vivendo em extrema pobreza, que somados a população de pobres representam um percentual de 33,85% da população.

A estrutura do sistema de saúde do município de Guajará-Mirim se compõem de estruturas assistenciais, e as voltadas para a realização das funções do sistema. As estruturas assistenciais são integradas pela rede de serviços do Hospital, ambulatórios, consultórios, laboratórios clínicos, conforme quadro 03:

**Quadro 03** - Estabelecimentos e tipo de prestador, segundo dados do CNES, Guajará-Mirim 2015.

<b>Tipo de Estabelecimento</b>	<b>Público</b>	<b>Filantrópico</b>	<b>Privado</b>	<b>Total</b>
Centro de Atenção Psicossocial CAPS Nossa casa	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>01</b>
Consultório isolado: Consultório Médico Dr. Sílvio Takashi; Clínica Odontológica Guajará, Consultório Médico, Consultório Odontológico e Lab de Protese Belo Sorriso, Dr Luiz Antonio Ruschel, Fethus, Centro Odontológico Francisca Eunice Maciel.	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>07</b>	<b>08</b>
Hospital Geral: Hospital Regional do Perpétuo Socorro. Hospital Bom Pastor(filantrópico e privado)	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>01</b>	<b>03</b>
Laboratório Central de Saúde Pública: Lafron	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>01</b>
Unidade de Apoio Diagnose e Terapia (sadt isolado): Célula Laboratório de Análises Clínica, Centro Médico Dimel, CliniMed, Laboratório Central, Laboratório Denadai, Laboratório Laden.	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>06</b>	<b>06</b>
Secretaria de Saúde: Secretaria Municipal de Saúde de Guajará Mirim	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>000</b>
Unidade de Atenção à Saúde Indígena: Casa de Apoio à Saúde Indígena de Guajará Mirim, Polo Base de Guajará-Mirim.	<b>02</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
Posto de Saúde: Posto de Saúde Cachoerinha, Posto de Saúde Altamiro Barroso, Posto de Saúde do Cemape, Posto de Saúde Irmã Maria Salete Stoff, Posto de Saúde km 17 Br 425, Deltas Oliveira Martinez. P.S.Guajará- Mirim, Centro de Saúde Irmã Maria Agostinho, Centro de saúde Carlos Chagas, Centro de Saúde Doutor Sandoval Meira.	<b>11</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
Unidade de Vigilância em Saúde: NUVEPA Núcleo de Vigilância Epidemiológica e Ambiental, Unidade de Vigilância Sanitária.	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
Casa de Detenção de Guajará-Mirim;	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>
CADIPE – Centro Médico Militar	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>01</b>	<b>00</b>
SAE - Serviço de atendimento especializado.	<b>01</b>	<b>00</b>	<b>00</b>	<b>00</b>

**Fonte:** CNES - DATASUS/MS.

A capacidade instalada do município relacionada a Rede física de saúde pública e privada prestadora de serviços ao SUS em sua totalidade de 79,17% na rede pública e 20,83% na rede privada, através do Hospital Bom Pastor que é administrado pela rede Pró saúde que oferece os seguintes serviços: ginecologia e Obstetrícia, pediatria (internações), ambulatório em ginecologia e obstetrícia com o percentual de partos normais girando em torno de 65%.

Os Profissionais do SUS no município de Guajará-Mirim em sua grande maioria possuem vínculos estatutários(49.5%), seguido de empregos Públicos (41.9%) e contratos por prazo determinado (8.3%), que são capacitados dentro de suas áreas de atuação. Os Intermediados são vinculados a Estratégia Saúde da Família, conforme quadro 04:

**Quadro 04 - Recursos Humanos Profissionais SUS (vínculos), segundo dados do CNES, Guajará-Mirim, 2016.**

<b>Profissionais selecionados</b>	<b>Total</b>	<b>Atende ao SUS</b>
Médicos	65	65
Anestesista	02	02
Cirurgião Geral	03	03
Clínico Geral	10	10
Gineco Obstetra	05	05
Médico de Família	11	11
Cirurgião dentista	13	13
Enfermeiro	37	38
Fisioterapeuta	04	04
Fonoaudiólogo	01	01
Nutricionista	02	02
Farmacêutico	00	00
Assistente social	03	03
Psicólogo	02	02

Auxiliar de Enfermagem	15	15
Técnico de Enfermagem	35	35
Terapeuta ocupacional	01	01
Outras categorias Profissionais do SUS	211	211
<b>Total</b>	<b>420</b>	<b>420</b>
<b>VÍNCULO EMPREGATÍCIO</b>		
<b>Tipo</b>	<b>Total</b>	
Cargo comissionado	1	
Contrato por prazo determinado	35	
Emprego Público	176	
Estatutário	209	
Total	<b>420</b>	

**Fonte:** CNES/MS 2016.

O Sistema de Saúde do município de Guajará-Mirim, como citado anteriormente, não diferente do Sistema Nacional, atravessa atualmente um período de mudanças e transformações para o seu aperfeiçoamento nos repasses de informações. Para tanto, impõe-se a necessidade de mudanças paradigmas no mecanismo de gestão em saúde, que hoje estão sendo postos.

E neste sentido, a oferta do curso de pós-graduação *lato sensu* em Saúde Pública, modalidade EaD, se justifica nos seguintes aspectos: (1) O Sistema Único de Saúde - SUS, é referência mundial em abrangências de ações em saúde pública, integrado as esferas Federais, Estaduais e Municipais de governo em serviços e ações firmados na Universalidade, Equidade, Integralidade, tendo como princípios organizacionais, a descentralização, regionalização, hierarquização da rede e participação social. (2) Garantido pela Constituição Federal de 1988 ( artigo 200) e Lei 8.080/90, o SUS deve organizar a formação de recursos humanos para a área de saúde e de incrementar na sua área de atuação o desenvolvimento científico e tecnológico. (3) Incluído no contexto amazônico, o Estado de Rondônia possui importantes desafios em Saúde Pública, considerando a diversidade de povos, atividades econômicas, saneamento e habitação. (4) Neste contexto, o profissional de saúde deve aprofundar a



compreensão dos valores e princípios constitutivos do SUS e sua organização, sendo capaz de intervir na realidade dos sistemas locais e regionais. (5) Assim, diante da importância de se fortalecer as diretrizes do SUS, bem como ampliar as discussões das práticas em saúde a partir da experiência e vivência do profissional, compreendendo este, como um processo de educação permanente em saúde, visando a melhoria da qualidade da atenção à saúde prestada à população de Rondônia, o IFRO propôs o curso de Especialização em Saúde Pública.

## 2.3 PÚBLICO - ALVO

O público-alvo ao qual se destina o Curso Pós – Graduação *Lato Sensu* em Saúde Pública em Modalidade a Distância compreende os portadores de diplomas de graduação em cursos na área de saúde reconhecidos pelo MEC ou diploma de graduação revalidado, com base na Resolução CNJ nº 228, de 22 de junho de 2016.

## 2.4 FORMAS DE INGRESSO

O ingresso no Curso de Pós – Graduação *Lato Sensu* em Saúde Pública dar-se-á mediante processo seletivo, com formas e critérios estabelecidos em edital específico. As vagas serão distribuídas entre as modalidades: ampla concorrência e as ações afirmativas (pretos, pardos, indígenas e PcD- pessoa com deficiência).

Conforme preconizado pela Resolução nº17 CONSUP/IFRO/2018 no artigo 23:

“a inscrição de candidato nos processos de seleção aos Cursos de Pós-Graduação somente será aceita mediante cumprimento de exigências definidas pelo projeto pedagógico do curso e de acordo com a Resolução 1/2018/CNE/CES. do Conselho Nacional de Educação”.

Parágrafo único. **No ato da inscrição será exigido o diploma de Graduação ou declaração de conclusão de curso superior.**(grifo nosso). (Brasil, 2018)

## 2.5 OBJETIVOS

### 2.5.1 Objetivo Geral

Promover a especialização aos profissionais de nível superior em saúde, com ênfase na formação de sanitaristas comprometidos(as), ética e politicamente com a transformação das condições de saúde a partir da formação em serviço no SUS, de forma regionalizada e interdisciplinar, com uma proposta ancorada na Educação Permanente em Saúde e incluindo os aportes de estratégias de educação interprofissional e práticas colaborativas, como resposta a demanda atual de cuidado em saúde.

### 2.5.2 Objetivos Específicos

- Formar profissionais de saúde comprometidos com a transformação permanente da realidade da saúde pública regional, por meio do desenvolvimento de pensamento investigativo, crítico

e reflexivo sobre a realidade política e social;

- Aprofundar a compreensão dos valores e princípios constitutivos do Sistema Único de Saúde, sua organização e enfrentamento dos desafios na atualidade;
- Desenvolver capacidade para elaborar, implementar e consolidar projetos no campo de Saúde Pública;
- Desenvolver competências de gestão e cogestão da política, ações de saúde e serviços de saúde e de saúde complementar;
- Ampliar a possibilidade de análise e intervenção na realidade dos sistemas locais, regionais e nacional de saúde com a perspectiva de promoção da saúde e a prevenção de agravos;
- Fortalecer a capacidade de dar resposta às demandas e às necessidades do sistema de forma propositiva e oportuna;
- Potencializar as práticas em Saúde Pública, na perspectiva da Educação Permanente em Saúde, estimulando o trabalhador a ser protagonista de estratégias para a gestão, educação e atenção em saúde.

## 2.6 PERFIL DO EGRESSO

O especialista em Pós – Graduação Lato Sensu em Saúde Pública ao integralizar todas as etapas do curso, deverá:

- Atuar em equipes multidisciplinares na perspectiva da interdisciplinaridade, pautado nos princípios do SUS, aprimorando as competências específicas das profissões;
- Planejar intervenções considerando a individualidade dos usuários e seu entorno social, de forma ética e adequada às suas necessidades;
- Identificar nos diferentes níveis de atenção à saúde, mecanismos gerenciais que possibilitem alcançar as metas da integralidade e resolutividade da atenção em saúde;
- Desenvolver pesquisas e socializar o conhecimento, com ética e responsabilidade social, buscando contribuir no aperfeiçoamento do SUS;
- Avaliar as competências técnicas e recursos materiais disponíveis para cumprir as exigências impostas na atenção à saúde em urgências e emergências e nos programas de alta complexidade existentes no hospital e possíveis expansões.

## 2.7 MODALIDADE

O curso será ofertado na modalidade de educação a distância, sendo que poderão ocorrer encontros virtuais para as aulas e avaliações, em conformidade com o estabelecido em calendário de curso, sem prejuízo da adoção de outros métodos aptos à produção dos resultados almejados.

## 3. ORGANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR

### 3.1 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

A concepção pedagógica do curso baseia-se na educação continuada, caracterizada pela atualização e desenvolvimento profissional, consistindo nos ideais de autonomia e protagonismo no Ensino a Distância (EaD). Nessa perspectiva, a educação a distância propõe, por meio da interação, a possibilidade de aprendizagem contínua a qualquer tempo e em qualquer espaço.

O instrumento indelével de um processo educativo é o poder de construção do conhecimento e a utilização da educação como mecanismo de transformação pessoal, profissional e social. Na perspectiva de Lévy (1999), não se pode mais conceber o mundo sem tecnologia: as tecnologias intelectuais amplificam, exteriorizam e modificam várias funções cognitivas humanas, como a memória, a imaginação, a percepção e os raciocínios. Além disso, favorecem novas formas de acesso à informação e novos estilos de raciocínio e de conhecimento.

O ato educativo no Instituto Federal de Rondônia, em qualquer de suas modalidades, deve ser desenvolvido conforme os princípios de liberdade de pensamento, reflexão crítica, atendimento solidário, ação responsável, construção de competências, preparação para a cidadania, formação para o mundo do trabalho e a continuidade de estudos.

Baseado nesses princípios, apresenta-se o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Saúde Pública em EaD como espaço para a formação de profissionais envolvidos na organização do sistema de saúde e do processo de trabalho em saúde, bem como na redefinição das práticas de saúde.

#### 3.1.1 Estratégias de ensino previstas para o curso

No IFRO, caberá a cada professor a seleção de metodologias e instrumentos de ensino que, condizentes com a sua área, busquem atender aos objetivos propostos pelo componente curricular, de forma a desenvolver as competências e habilidades esperadas para o egresso. No seu fazer pedagógico, o professor deverá estar mais preocupado em formar competências, habilidades e disposições de conduta do que com a quantidade de informações. Dessa forma, a interação professor/aluno deve ser compreendida como um aspecto fundamental da organização escolar.

Ao escolher as estratégias de ensino, sugere-se que elas sejam as mais diversificadas possíveis, considerando a produção colaborativa, as metodologias ativas com perspectiva na construção de uma aprendizagem significativa, dentro das opções dadas pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sendo que neste espaço o aluno terá acesso às videoaulas, ao material de leitura, às atividades avaliativas, assim como poderá interagir com os demais colegas e mediação da disciplina.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) é criado na plataforma do *Moodle®*, destinando-se aos cursos a distância e às atividades complementares e de extensão; é uma plataforma de aprendizagem a distância baseada em software livre (*open source*), usado mundialmente em instituições de ensino de todos os tipos.

Quanto a operacionalização didática do curso de pós-graduação, é prevista a duração mínima de 390 (trezentos e noventa) horas, nestas não é computado o tempo de estudo individual ou em grupo – sem assistência docente.

O curso será ofertado a distância com encontros remotos síncronos e assíncronos, organizados por meio de nove disciplinas distribuídas em dois semestres letivos conforme a sequência da matriz curricular, com duração de 1 semana para cada 10 horas da disciplina.

### 3.1.2 Estratégias de acompanhamento pedagógico

As estratégias de acompanhamento pedagógico representam instrumentos para a efetiva consolidação da proposta curricular, visando garantir o perfil e competências a serem desenvolvidas nos discentes, devendo ser contínuo, formativo e dinâmico, sendo pautada no diálogo. Elas deverão ocorrer desde o início, e não poderão se restringir a um simples diagnóstico sem que haja a aplicação imediata de instrumentos de nivelamento quando for detectado qualquer desnível de um discente em relação à turma e de uma turma em relação ao curso.

Quando não forem aplicados instrumentos de diagnóstico, todos os professores e o coordenador do curso deverão ser capazes de detectar e de encaminhar os alunos a um atendimento especializado, quando estes apresentarem dificuldades que mereçam atenção individualizada.

O curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Saúde Pública modalidade EaD *campus* Guajará-Mirim se organiza de modo que seja aplicado com um trabalho cooperativo de professores, colegiado e pedagógico-administrativo. O acompanhamento pedagógico se dará por meio de ações como:

- fomentar a realização de projetos e programas integrados de ensino, extensão e pesquisa, inovação e pós-graduação, em consonância com as políticas institucionais;
- acompanhar o processo de ensino e aprendizagem, fazendo as instruções necessárias aos alunos, professores, equipe de apoio pedagógico, responsáveis por alunos e demais membros da comunidade que requeiram serviços do *campus* no âmbito do ensino;
- avaliar continuamente os processos de ensino e a aprendizagem no *campus*, com levantamento de indicadores acadêmicos para intervenções pedagógicas necessárias;
- supervisionar as atividades não presenciais realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);
- obter, instruir e avaliar os planos de ensino dos professores antes da execução de cada componente curricular, por curso, disciplina e turma, de acordo com os regulamentos específicos do nível de pós graduação, bem como manter orientações necessárias à correta aplicação dos instrumentos;
- obter, instruir e avaliar os planos de ensino e os resultados parciais, finais e especiais das avaliações e cômputo de notas e frequências, nos prazos estabelecidos em calendário e conforme os regulamentos do IFRO.

O docente é a primeira instância do acompanhamento pedagógico. Além de orientar o aluno em relação aos conteúdos de sua disciplina, também poderá influenciá-lo, ensinando-lhe técnicas e métodos diversos para aprender. O coordenador do curso é a segunda instância e, se não resolver os casos que julgar fora de sua competência, deverá encaminhá-los aos núcleos especializados, a exemplo do NAPNE, que mantém uma equipe multidisciplinar capaz de dar o acompanhamento pedagógico ao discente.

### **3.1.3 Estratégias de flexibilização curricular**

A flexibilização curricular deve ser entendida de forma ampla e irrestrita, haja vista que ela pode se dar de várias maneiras. No curso de pós-graduação em Saúde Pública, as avaliações serão realizadas de forma a romperem com a hierarquia e a verticalidade presentes nos modelos tradicionais de ensino-aprendizagem, sendo o discente considerado sujeito ativo no processo de construção do conhecimento, passando a ocupar uma posição mais crítica diante das metodologias utilizadas, desenvolvendo habilidades e atitudes para ser capaz de gerar competências gerais e específicas na área da saúde pública para a sua atuação como sanitarista.

As estratégias para atendimento dos alunos com necessidades específicas serão realizadas em parceria com o Núcleo de Apoio ao alunos com necessidades específicas - NAPNE para um melhor atendimento e viabilidade do curso, mediante demanda específica apresentada.

### **3.1.4 Atividades de tutoria (cursos EaD)**

A tutoria compreende o esclarecimento de dúvidas através de fóruns de discussão realizados no AVA, correspondências virtuais e participação em chats. Tem a responsabilidade de exercer as atividades típicas de tutoria a distância, tais como: promover espaços de construção coletiva de conhecimento; selecionar material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos; assistir aos alunos nas atividades, mediar as dúvidas dos discentes diretamente com o professor principal, acompanhar e avaliar as atividades do AVA.

Os tutores administrativos auxiliam os alunos quanto às questões acadêmicas e administrativas. Exercem suas atividades a partir de orientações da coordenação do curso e dos docentes de cada disciplina.

A atividade de tutoria será exercida por um profissional selecionado pelo IFRO que tenha preparo e conhecimento sobre diferentes metodologias, ou seja, conhecimento técnico e pedagógico para potencializar o ensino/aprendizagem, que deverão ser utilizadas conforme suas descobertas após o contato inicial do estudante.

Para isso, atuarão executando um papel central, no sentido de conectar o estudante ao conteúdo, professores e à Instituição de ensino. O tutor deverá considerar as particularidades de cada disciplina para orientar os estudantes rumo à autonomia e à conquista dos saberes, mantendo uma

relação próxima, na medida do possível, de seus tutorados e do professor principal, a fim de direcioná-los para que obtenham organização e autonomia que são dois quesitos essenciais para o formato deste curso.

### 3.1.5 Outras atividades previstas para o curso

As principais atividades previstas no processo de ensino e aprendizagem serão as ações educativas realizadas por meio de uma plataforma virtual, podendo envolver teleaulas, fóruns, tarefas, chats, glossários, questionários, wikis, entre outros.

O *Campus* Guajará-Mirim do IFRO poderá proporcionar a oportunidade de o cursista participar das diversas atividades extracurriculares relacionadas ao *Campus* e ao curso. Tais atividades são condicionadas às possibilidades do *Campus* e dos alunos, e deverão ser orientadas por professores, inclusive com projetos específicos da instituição, visando ampliar a formação em aspectos acadêmicos, culturais e científicos.

Desta forma, o curso poderá oferecer as seguintes atividades complementares:

- Eventos de intercâmbio regional e nacional, que reúnam os docentes, tutores e cursistas dos polos e de outros cursos de especialização similares;
- Mobilidade estudantil inerente à pós-graduação nas modalidades nacional e internacional, conforme Resolução nº 14/CONSUP/IFRO, de 02 de julho de 2015;
- Participação em grupos de pesquisa, conforme Resolução nº 16/CONSUP/IFRO, de 03 de julho de 2015;
- Participação em projetos de pesquisa na área de Saúde Pública e/ou nos Programas Institucionais de Pesquisa (PIP), conforme Resolução nº 26/CONSUP/IFRO, de 26 de julho de 2015;
- Extensão correlata à saúde pública;
- Fóruns regionais e estaduais de saúde pública, entre outros.

### 3.2 ESTRUTURA CURRICULAR

A organização curricular para Pós-Graduação *Lato Sensu* em Saúde Pública, modalidade a distância, está estruturada em dois semestres letivos, de modo a favorecer o aumento da autonomia e fomentar a capacidade de atingir os objetivos da aprendizagem.

Com vistas a assegurar a titulação dos participantes e concepções de formação que orientam o currículo e as formas de desenvolvê-lo, o curso é regulado por normatizações da Secretaria de Educação Superior (SESU), do Conselho Nacional de Educação (CNE), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO).

### 3.3 MATRIZ CURRICULAR

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* são regulados por normatizações da Secretaria de Educação Superior (SESU), do Conselho Nacional de Educação (CNE), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO). A observância a essas normas é condição necessária para assegurar a titulação dos participantes e concepções de formação que orientam o currículo e as formas de desenvolvê-lo. O curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Saúde Pública, modalidade EaD do IFRO, está estruturado em dois módulos – Módulo I e II, conforme demonstrado no quadro a seguir.

**Quadro 3** - Matriz curricular

<b>MÓDULO</b>	<b>COMPONENTES CURRICULARES</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Módulo I:	Saúde Pública – Introdução e Legislação	60
	Gestão dos Serviços de Saúde	40
	Saúde Preventiva e Promoção da Saúde	40
	Saúde Pública na Amazônia	30
	Metodologia da Pesquisa Aplicada à Saúde	30
Módulo II:	Políticas e Programas de Saúde	60
	Gestão de Resíduos e Meio Ambiente	40
	Vigilância em Saúde	60
	Seminário Integrador em Saúde Pública	30
<b>Total</b>		<b>390</b>

## 3.4 AVALIAÇÃO

### 3.4.1 Avaliação do processo de ensino aprendizagem

A avaliação da aprendizagem tem caráter formativo; pode ser diagnóstica, contínua e somativa, a fim de que possa contemplar o processo ensino-aprendizagem de modo integrado, priorizando, nos resultados obtidos ao longo desse processo, os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, conforme preconiza a LDB nº 9.394/1996.

A avaliação dos estudantes será realizada como parte integrante do processo educativo e acontecerá ao longo do curso, de modo a permitir a reflexão-ação-reflexão na perspectiva da regulação da aprendizagem (PERRENOUD, 2010) e a apropriação do conhecimento.

Entende-se a avaliação, “como um processo contínuo e concomitante às atividades do cotidiano do aluno, sendo um recurso metodológico de reorientação do processo ensino-aprendizagem, cujo papel é diagnosticar as facilidades e as dificuldades dos alunos, como também servir de instrumento para o educador aperfeiçoar seu trabalho pedagógico, com foco na garantia da qualidade de ensino” (PDI, 2018, p.62).

Na educação a distância, o modelo de avaliação do estudante deve considerar seu ritmo e estilo de aprendizagem, de forma a ajudá-lo a desenvolver desempenhos ascendentes de competências, descritas por conhecimentos, habilidades e atitudes observáveis no contexto da EaD, possibilitando-lhe alcançar os objetivos propostos no curso.

Nos encontros virtuais, serão utilizados, principalmente, métodos e instrumentos como observação, provas/testes individuais e coletivos e outros.

As avaliações ocorrerão ao longo de cada componente curricular, quando serão avaliadas as competências que os estudantes estão desenvolvendo; serão feitas por meio da participação em atividades previstas no Ambiente Virtual de Aprendizagem e nas avaliações virtuais.

A avaliação da aprendizagem nos exames virtuais deverá priorizar a aplicabilidade do conhecimento, e das habilidades e competências desenvolvidas ao longo das disciplinas; deve considerar a apropriação dos conteúdos, a apropriação e aplicação da concepção metodológica de métodos e técnicas participativos e suas variações, e apropriação e a aplicação de modelo de participação coletiva.



Os resultados quantitativos serão traduzidos em notas, numa escala de zero a 100. Estarão aprovados os estudantes que obtiverem uma média final igual ou superior a 60 pontos, conforme determina a Resolução nº 17/CONSUP/IFRO, de 26 de março de 2018, que dispõe sobre o Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFRO. Os percentuais das avaliações e atividades de percurso estão assim distribuídos na composição da nota final:

- As atividades de percurso no AVA (AP): correspondem a 50 pontos da nota final;
- A Avaliação Virtual (AV): corresponde a 50 pontos da nota final

A média por disciplina (MD) consistirá na soma de notas (SN) de todas as avaliações previstas para o período:  $MD = SN$ .

### 3.4.2 Avaliação do curso

A avaliação do curso deverá favorecer o aperfeiçoamento da qualidade da educação superior e a consolidação de práticas pedagógicas que reafirmem a identidade acadêmica e institucional, particularmente o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

A avaliação interna do curso será baseada no levantamento de indicadores de desempenho, cujos resultados poderão subsidiar o dimensionamento do nível de satisfação dos discentes e docentes com o trabalho e envolvimento no âmbito do curso. Ao final de cada módulo, será aplicado um questionário para avaliação do curso. Os estudantes irão avaliar o desempenho dos tutores/professores, avaliando os aspectos como vinculação teoria/prática, atividades pedagógicas atuais e exequíveis, capacidade de motivação, entre outros. A capacidade de resolução de problemas, organização e empatia da coordenação do curso será avaliada pelos estudantes e professores do curso.

Na avaliação do curso, é necessário considerar os sujeitos envolvidos no processo, mas também os recursos midiáticos aplicados, como o AVA, o material didático e as *webaulas*. A avaliação poderá obedecer, ainda, às orientações para avaliação de cursos de pós-graduação apresentadas pela Coordenação de Pós-Graduação da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação.

Além disso, cumpre ressaltar que o curso de Pós - Graduação *Lato Sensu* em Saúde Pública também será avaliado dentro do contexto da autoavaliação institucional, realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) institucional, de acordo com a Lei nº 10.861/2004, que trata do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES).

### 3.4.3 Trabalho de Conclusão de Curso

Considerando a Resolução que trata do Regulamento Geral dos Trabalhos de Conclusão de

Cursos de Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia - IFRO, onde a mesma diz que o TCC é facultado para os cursos na modalidade a distância. O curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Saúde Pública, modalidade a distância, não contemplará em sua matriz curricular o Trabalho de Conclusão de Curso.

### 3.5 INCLUSÃO E APOIO AO DISCENTE

O curso de especialização em Saúde Pública, visando a inclusão e bom desempenho dos estudantes, proporciona apoio aos discentes matriculados, por meio de setores vinculados à Diretoria de Ensino. O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), que atua na promoção, planejamento e execução de políticas voltadas às pessoas com necessidades específicas, que possui dentre suas competências avaliar e implementar as diretrizes e metas relacionadas às ações em educação especial e ao atendimento educacional especializado.

Quanto ao apoio discente, os estudantes podem contar com a Coordenação de Assistência ao Educando (CAED), setor responsável pela elaboração, coordenação e execução de planos, programas e projetos de assistência estudantil, assessoramento pedagógico e promoção social, visando o desenvolvimento físico, psíquico e social dos discentes do Campus, por meio de ações que favoreçam à permanência e êxito no processo de formação. Por sua vez, a Coordenação de Registros Acadêmicos é o setor que faz o recebimento, conferência, guarda, elaboração e expedição de documentos relativos à vida acadêmica no Campus.

### 3.6 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

O IFRO dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, nas instalações administrativas, biblioteca, laboratórios de informática, laboratórios específicos, salas de professores, sala de coordenações.

Além disso, incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Diversas dependências comuns disponibilizam serviço de *wireless* aos estudantes. O IFRO incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino-aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos. As tecnologias de informação e comunicação implantadas no processo de ensino-aprendizagem e previstas no Projeto Pedagógico do Curso incluem, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais. É estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitem o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas.

#### 3.6.1 Multimeios Didáticos

As aulas com Slides por meio de projetor multimídia ou de aparelhos de televisão possibilitam

ao docente utilizar imagens com boa qualidade, além de enriquecer os conteúdos abordados com a apresentação de esquemas, animações, mapas, entre outros. Os docentes utilizam também as linguagens dos modernos meios de comunicação, videoconferência e de recursos multimídias e outros. A integração de dados, imagens e sons; a universalização e o rápido acesso à informação; e a possibilidade de comunicação autêntica reduz as barreiras de espaço e de tempo e criam um contexto mais propício à aprendizagem.

### 3.6.2 Recursos de Informática

O *Campus* de Guajará-Mirim dispõe de um conjunto de recursos de informática disponíveis para a comunidade acadêmica. Os equipamentos estão localizados, principalmente, nas instalações administrativas, biblioteca, laboratórios de informática, laboratórios específicos, salas de professores, salas de coordenação. Disponibiliza 02 laboratórios de informática, conectados à internet. Além disso, incorpora de maneira crescente os avanços tecnológicos às atividades acadêmicas. Também incentiva o corpo docente a incorporar novas tecnologias ao processo ensino aprendizagem, promovendo inovações no âmbito dos cursos.

As dependências comuns da Instituição disponibilizam um serviço de wireless aos estudantes. As tecnologias de informação e comunicação implantadas no processo de ensino- aprendizagem e previstas no Projeto Pedagógico do Curso incluem, especialmente, o uso da imagem e a informática como elementos principais. É estimulado o uso, entre os professores, de ferramentas informatizadas que permitam o acesso dos alunos aos textos e outros materiais didáticos em mídias eletrônicas.

Nos microcomputadores e softwares disponibilizados pela Instituição para o curso, são utilizados (as):

- internet, como ferramenta de busca e consulta para trabalhos acadêmicos e em projetos de aprendizagem. Sua utilização permite superar as barreiras físicas e o acesso limitado aos recursos de informação existentes. Os docentes propõem pesquisas e atividades para os alunos. Os alunos utilizam as ferramentas de busca (como Periódicos Capes, Google, Google Acadêmico, Yahoo, enciclopédia online, demais banco de dados e outros) para elaborar e apresentar um produto seu, estruturado e elaborado a partir dos materiais encontrados;
- a comunicação por e-mail, já está consagrada institucionalmente. Por meio de mensagens, alunos e professores trocam informações sobre trabalhos e provas e enviam arquivos e correções uns para os outros;
- os pacotes de aplicativos, que incluem processador de textos, planilha eletrônica, apresentação de slides e gerenciador de bancos de dados, são frequentemente, utilizados pelos docentes, na instituição, para preparar aulas e elaborar provas, e pelos alunos, nos laboratórios de informática e na biblioteca, como extensão da sala de aula. O processador de textos facilita ao aluno, novas formas de apropriação da escrita, onde o reescrever é parte do escrever. As

planilhas permitem lidar com dados numéricos em diversos componentes curriculares. Além de cálculos numéricos, financeiros e estatísticos, as planilhas também possuem recursos de geração de gráficos, que podem ser usados para a percepção dos valores nelas embutidos quanto para sua exportação e uso em processadores de texto, slides ou blogs;

- os jogos e simulações, propiciando vivências significativas, cruzando dados para pesquisas e fornecendo material para discussões e levantamento de hipóteses;
- demais ferramentas, de acordo com o previsto nos planos de ensino;
- acessibilidade digital e comunicacional (AVA/Moodle; E-mail institucional; Portal do Aluno; SUAP; Aplicativo IFRO Mobile; Site do IFRO/Página do *Campus*);
- acesso a materiais (AVA/Moodle; Repositório Institucional (em construção)).

### 3.6.3 Ambiente Virtual de Aprendizagem (Cursos EaD)

Por meio do AVA serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais. Almeida (2003) afirma que ambientes digitais de aprendizagem são sistemas computacionais disponíveis na internet, destinados ao suporte de atividades mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação.

Permite integrar múltiplas mídias, linguagens e recursos, apresentar informações de maneira organizada, desenvolver interações entre pessoas e objetos de conhecimento, elaborar e socializar produções, tendo em vista atingir determinados objetivos.

Portanto, o AVA auxiliará no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio, como fórum, envio de tarefas, glossário, quiz, atividade *offline*, vídeo, etc. Será também uma plataforma de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias como estas a seguir descritas:

- Fórum: tópico de discussão coletiva com assunto relevante para a compreensão de temas tratados e que permite a análise crítica dos conteúdos e sua aplicação.

- Chat: ferramenta usada para apresentação de questionamentos e instruções online, em períodos previamente agendados.

- Quiz: exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha.

- Tarefas de aplicação: Atividades de elaboração de textos, respostas a questionários, relatórios técnicos, ensaios, estudos de caso e outras formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

- Atividade *offline*: avaliações ou atividades realizadas fora do AVA, em atendimento a orientações apresentadas pelo professor, para o cumprimento da carga horária em EaD.

- Tele-aulas: aulas gravadas ou transmitidas ao vivo, inclusive em sistemas de parceria com outros campi ou Instituições, em atendimento à carga horária parcial das disciplinas.

- Outras estratégias, ferramentas ou propostas a serem apresentadas pelos professores.

Cada plano de ensino dos professores, por disciplina, deve prever os elementos gerais orientados pelo Regulamento da Organização Acadêmica dos Cursos de Pós Graduação, e os elementos específicos para as aulas EaD, que trarão metodologias específicas para a carga horária total. As atividades podem ser distribuídas de forma que fiquem configurados os elementos fundamentais: conteúdo, carga horária, atividade do aluno, forma de atendimento pelo professor e avaliações a serem aplicadas.

Os registros das atividades seguirão a mesma regularidade das atividades presenciais, atendendo-se aos sistemas de notação previstos no Regulamento dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFRO e aos requisitos de qualidade da formação em EaD.

### 3.7 ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

O acompanhamento dos ex-alunos ocorrerá por meio do portal do egresso, mediante ao preenchimento de questionários disponíveis no site do IFRO: Formulário de Egresso: Pós-Graduação. Este instrumento de acompanhamento tem como objetivo manter o contato com os ex- alunos, saber de seus sucessos, conhecer as dificuldades e desafios após o período de formação adquirida no IFRO e assim melhorar os cursos de pós- graduação, fomentando novos cursos de formação continuada, baseados nas necessidades dos profissionais de cada área.

### 3.8 CERTIFICAÇÃO

O aluno que concluir todas as disciplinas do curso de pós-graduação em “Saúde Pública” e tiver logrado êxito, como nota igual ou superior 60 pontos, receberá certificado de Especialista *lato sensu* em saúde pública.

O certificado será expedido pelo Instituto Federal de Rondônia, em conformidade com a Resolução CNE/CES nº 01, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu* em nível de especialização. O controle da documentação escolar deverá obedecer ao disposto nas normas internas relativas ao registro escolar da instituição de ensino ofertante.

O aluno que não cumprir integralmente a matriz curricular, segundo o definido no projeto pedagógico, e atingir no mínimo 180 horas no curso fará jus ao certificado de “Curso de Aperfeiçoamento em Saúde Pública”, conforme o Art. 92 da Resolução nº 17/CONSUP/IFRO/2018.

## 4. EQUIPE DE DOCENTE E TUTORES DO CURSO

### 4.1 REQUISITOS DE FORMAÇÃO

#### 4.1.1 Requisito de formação dos docentes

Será exigida para ministrar aulas no curso de Pós-graduação *lato sensu* em Saúde Pública, a formação de nível superior na área da saúde com titulação mínima de especialista.

#### 4.1.2 Requisito de formação dos tutores

Os tutores deverão possuir graduação, preferencialmente na área da saúde, assim como conhecimento em informática, e que possam atender à estrutura curricular do curso.

#### 4.2 EQUIPE DOCENTE CONSTITUÍDA PARA O CURSO

**Quadro 4** - Equipe docente constituída para o curso

<b>Nome</b>	<b>Formação</b>	<b>Link Currículo lattes</b>
Alexandre Sérvulo Ribeiro Hudson	Bacharel e Licenciado em Educação Física. Mestre e Doutor em Ciências do Esporte	<a href="http://lattes.cnpq.br/6062675324900101">http://lattes.cnpq.br/6062675324900101</a>
Aline Ferreira da Costa Nery de Lima	Bacharel e Licenciada em Enfermagem. Especialista em UTI neonatal e pediátrica	<a href="http://lattes.cnpq.br/7486557005569438">http://lattes.cnpq.br/7486557005569438</a>
Alcides Procópio Justinianodos Santos Junior	Bacharel em Biomedicina. Mestre em Biologia experimental	<a href="http://lattes.cnpq.br/180376528629910">http://lattes.cnpq.br/180376528629910</a>
André Luiz Rodrigues Menezes	Bacharel em Biomedicina. Meste em Ciência, Inovação e Tecnologia para a Amazônia	<a href="http://lattes.cnpq.br/3550508803506831">http://lattes.cnpq.br/3550508803506831</a>
Cícera Alexandra Costa dosSantos	Bacharel em Biomedicina. Especialista em Metodologia do Ensino Superior. Mestre em Biologia Experimental.	<a href="http://lattes.cnpq.br/9120621732102211">http://lattes.cnpq.br/9120621732102211</a>
Cíntia Aparecida Rodrigues Shiraishi	Bacharel em Enfermagem. Especialista em Ginecologia e Obstetrícia	<a href="http://lattes.cnpq.br/8984948019698162">http://lattes.cnpq.br/8984948019698162</a>
Douglas Moro Piffer	Bacharel em Enfermagem. Especialista em Enfermagem do Trabalho e em Saúde Pública. Mestre em Administração	<a href="http://lattes.cnpq.br/8754245231535185">http://lattes.cnpq.br/8754245231535185</a>
Elionaldo Bringel de Lima	Licenciado em Educação Física. Mestre em Educação Física	<a href="http://lattes.cnpq.br/4290328822990903">http://lattes.cnpq.br/4290328822990903</a>

José Uiebeni Ramos Lemos	Bacharel em Enfermagem. Especialista Urgência e Emergência com ênfase em UTI	<a href="http://lattes.cnpq.br/6424299253786863">http://lattes.cnpq.br/6424299253786863</a>
Marcos Barros Luiz	Bacharel em Farmácia. Mestre e Doutor em Biologia Experimental	<a href="http://lattes.cnpq.br/2160591502844896">http://lattes.cnpq.br/2160591502844896</a>
Poliana Ribeiro Barroso	Licenciada em Biologia. Bacharel em Farmácia. Mestre em Ciências Farmacêuticas. Doutora em Ciências Fisiológicas	<a href="http://lattes.cnpq.br/1557136691837844">http://lattes.cnpq.br/1557136691837844</a>
Teresa Cristina Salustiano da Costa	Bacharel em Enfermagem. Especialista em Ginecologia e Obstetrícia	<a href="http://lattes.cnpq.br/8291895474862638">http://lattes.cnpq.br/8291895474862638</a>

#### 4.2.1. Índice de Qualificação

**Quadro 5** - Índice de qualificação

<b>Titulação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Percentual</b>
Especialização	4	33,3 %
Mestrado	5	41,7 %
Doutorado	3	25,0 %
Total	12	100

#### 4.3 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR (Curso EaD)

O curso contará com o suporte de uma equipe multidisciplinar formada por supervisão pedagógica, revisão textual, tutores e outras funções que sejam necessárias para dar suporte ao curso. No âmbito da gestão das atividades, estão o Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (DEPESP) e a Coordenação de Pós-Graduação (CPOSG).

A interação na educação a distância ultrapassa a relação entre professor, tutor e aluno. Existem necessidades de interação do indivíduo com o sistema, a partir de sua máquina, com os recursos

necessários para a realização de atividades, com serviços de apoio ao discente e outras instâncias institucionais. Tentar fazer com que essa dinâmica seja bem-sucedida, faz parte do papel da instituição de ensino.

Para tanto, existe a necessidade de uma equipe de apoio multidisciplinar que, para o curso, engloba os técnicos lotados nos setores:

#### **4.3.1 Diretoria de Ensino (DE)**

Articula-se com a Direção-Geral e com os demais setores de manutenção e apoio ao ensino para o desenvolvimento das políticas institucionais de educação. Delibera a respeito de programas, projetos e atividades de rotina, conforme competências descritas no Regimento Interno do *Campus* Guajará-Mirim e as instruções da Direção-Geral; organiza, executa e distribui tarefas referentes ao desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão. Conta com as seguintes seções de apoio: Departamento de Apoio ao Ensino, Coordenação de Assistência ao Educando, Coordenação de Registros Acadêmicos e Coordenação de Biblioteca.

#### **4.3.2 Coordenação de Educação a Distância (CEAD)**

A Coordenação de Educação a Distância, vinculada ao Departamento de Apoio ao Ensino, é o setor responsável pela execução das atividades do ensino a distância no *campus*, realizando, em consonância com o Departamento de Apoio ao Ensino, o planejamento, a organização e a avaliação dos processos de ensino aprendizagem e instrução das práticas relacionadas à oferta de cursos nesta modalidade.

#### **4.3.3 Equipe Docente para Orientação às Pesquisas**

A equipe docente para orientação às pesquisas será constituída de especialistas, mestres e doutores formados na área da saúde e afins, segundo classificação do Ministério da Educação, esses docentes serão do próprio *campus* ou professores convidados de outras instituições.

### **5. GESTÃO ACADÊMICA**

O Curso de Especialização *Lato Sensu* em Saúde Pública terá um Colegiado composto por docentes do *Campus* em exercício no curso, sendo um deles o coordenador. Essa função será realizada por um docente atuante no curso, com grau de formação e com experiência profissional e acadêmica, eleito por seus pares e nomeado pelo Diretor-Geral do *Campus*. A coordenação trabalhará em articulação com os demais setores de apoio para atendimento às necessidades dos discentes e às demandas do próprio curso, e deverá ter assegurada disponibilidade de tempo para as atividades de avaliação, acompanhamento, instrução e apoio.

#### **5.1 COORDENAÇÃO DO CURSO**



À coordenação do curso compete:

- Coordenar, supervisionar e tomar as providências necessárias para o funcionamento do curso, tendo em vista os regulamentos do IFRO e legislações nacionais sobre a pós-graduação.
- Exercer a coordenação interdisciplinar, visando conciliar os interesses de ordem didática no curso;
- Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso, com direito ao voto de desempate;
- Executar as deliberações do Colegiado e o que estabelecem as normas de funcionamento do Curso de Pós-Graduação lato sensu;
- Indicar, a partir de consulta ao Colegiado e de acordo com necessidades acadêmicas do curso, dentre os membros de seu Colegiado de Curso de Pós-Graduação lato sensu, um coordenador adjunto;
- Comunicar ao DEPESP qualquer mudança ou irregularidade no funcionamento do curso de Pós-Graduação lato sensu, bem como solicitar e indicar correções necessárias;
- Designar relator ou comissão para estudo de matéria submetida à análise;
- Decidir sobre matéria de urgência do Colegiado após consulta aos seus pares;
- Planejar, com envolvimento de toda a equipe do setor as ações de cada exercício, tendo em vista as diretrizes contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional;
- Implementar as ações do setor, seguindo as orientações da chefia imediata e as normas vigentes que regulam a matéria;
- Atender aos órgãos de controle interno e externo, no tocante às ações que estão sob a responsabilidade do setor;
- Acompanhar as atividades de rotina do curso e tomar as providências necessárias para garantia do cumprimento da carga horária, dos horários e da matriz curricular;
- Acompanhar o processo de registro escolar dos alunos, a matrícula, boletins, certificados, diplomas e outros documentos oficiais relativos aos alunos, junto com a coordenação de registros acadêmicos (CRA), bem como, o registro nos sistemas de regulação do ensino superior;
- Emitir parecer quanto aos assuntos relacionados à revisão de avaliação, avaliação em segunda chamada, aproveitamento de estudos, transferência, e outros assuntos específicos do curso que coordena;
- Divulgar para a comunidade interna e externa, em articulação com a coordenação de comunicação e eventos (CCOM), a natureza e organização do curso, perfil de formação, condições de ingresso, e outras informações contidas no PPC;
- Articular para a elaboração e cumprimento do calendário acadêmico e do PPC;

- Subsidiar o Pesquisador Institucional nas questões relacionadas aos processos inseridos no sistema de regulação do ensino superior, tais como plataforma do E-MEC e SISTEC;
- Acompanhar os indicadores de desempenho acadêmico e de gestão no âmbito do curso que coordena e articular-se com o colegiado do curso, chefia imediata e geral e outros setores da instituição, para o desenvolvimento de ações voltadas à permanência e ao êxito dos estudantes;
- Verificar salas, laboratórios e equipamentos, mensalmente, e propor a reposição, troca e conserto de móveis, equipamentos e materiais aos setores competentes, se for o caso;
- Coordenar a realização de eventos acadêmicos no âmbito do curso que coordena;
- Acompanhar, juntamente com o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), as ações para a inclusão e diversidade no curso;
- Responsabilizar-se pelos bens patrimoniais disponibilizados para o setor, em consonância com as diretrizes da Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado (CPALM), informando sempre que houver transferência de responsabilidade;
- Alimentar/acompanhar os sistemas de controle físicos e/ou virtuais, relativos ao curso, adotados pelo IFRO e os sistemas governamentais de uso obrigatório;
- Apresentar, anualmente e sempre que necessário, relatórios de atividades desenvolvidas no curso;
- Quando convocado, representar o colegiado em reuniões do DEPESP, da Pró-reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e órgãos do IFRO;
- Realizar outras ações próprias do setor ou que lhe sejam designadas pela chefia imediata.

## 5.2 COLEGIADO DO CURSO

Compete ao Colegiado de Curso de Pós-Graduação *lato sensu*:

- Verificar o cumprimento do conteúdo programático e da carga horária das disciplinas;
- Estabelecer mecanismos adequados de orientação acadêmica aos estudantes;
- Designar orientadores para os alunos do curso;
- Deliberar sobre a necessidade de atualização/reformulação do projeto pedagógico de curso a partir da legislação vigente e de estudos de pesquisa de demanda realizadas;
- Planejar, executar e avaliar eventos e ações específicas de curso previstas no Calendário acadêmico e Projeto Pedagógico de Curso;
- Planejar e executar ações do curso de forma interdisciplinar;
- Assessorar a coordenação do curso na organização e condução dos Trabalhos de Conclusão de Curso, e atividades acadêmico-científico-culturais;
- Estudar a possibilidade de oferta de disciplina ou turma especial e encaminhar à Coordenação de pós-graduação/ DEPESP;
- Planejar e implementar ações com vistas à ampliação das possibilidades de permanência e êxito no processo educativo;
- Propor projetos de incentivo à capacitação dos docentes do curso;
- Propor investimentos na infraestrutura do curso, como laboratórios, salas, etc;
- Propor projetos de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso;
- Deliberar acerca de qualquer atividade relacionada ao atendimento dos discentes;
- Manifestar-se sobre temas de ordem didático-pedagógica que lhe sejam submetidos por quaisquer outras instâncias;
- Analisar em primeira instância os casos omissos em matéria didático pedagógica no âmbito do curso que representa.

## 5.3 DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO CAMPUS

Atende às necessidades da Instituição de forma articulatória, relacionando a pesquisa e a inovação com as atividades de ensino; responde pela necessidade de informação, organização e direcionamento das atividades afins, atentando-se para novas descobertas e o desenvolvimento de projetos de formação e aperfeiçoamento de pessoas e processos.

A Coordenação de Pós-Graduação promove, estrutura e coordena os cursos de pós-graduação a serem implementados no *campus*, bem como realiza o acompanhamento das atividades inerentes aos cursos. É responsável pela orientação nas questões legais, através dos regulamentos institucionais e nacionais.

#### 5.4 EQUIPE TÉCNICA PEDAGÓGICA

O *Campus* Guajará-Mirim conta com a seguinte equipe técnico-pedagógica, a qual dará apoio e suporte ao funcionamento da especialização em Saúde Pública.

**Quadro 6-** Equipe técnica-pedagógica

<b>Cargo/função</b>	<b>Servidor</b>
Técnico em Assuntos Educacionais	Afonso Araújo de Souza
Técnica em Assuntos Educacionais	Jessica Silva Felix Bastos Freire
Pedagoga	Luciana Ribeiro Tiburtino Aguiar
Assistente de Alunos	-----
Coordenadora de Registros Acadêmicos	Ana Quetila Taveira Barroso
Pedagoga	Fernanda Léia Batista Souza Estevão
Assistente social	Altina Maria Pereira de Souza
Tradutora e Intérprete de Linguagem de Sinais Libras	Dunia Isabel Orihuela Coimbra
Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais Libras	Laurindo Joaquim dos Santos Neto

## 5.5 COORDENAÇÃO DE REGISTROS ACADÊMICOS

É um setor de registro, acompanhamento, informação e controle de notas, frequência e outros dados relativos à vida escolar do aluno. Incluem-se nas suas atividades os trâmites para expedição de diplomas.

## 5.6 COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA

Registra, organiza, cataloga, informa, distribui e recolhe livros e outras obras de leitura; interage com professores, alunos e demais agentes internos ou externos para o aproveitamento das obras da biblioteca no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem e/ou da formação geral; mantém o controle e o gerenciamento do uso das obras, impressas ou em outras mídias.

## 5.7 NÚCLEO DE ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

Os alunos que se encontrarem com necessidades específicas que impliquem em uma dificuldade para a sua permanência no curso, poderão contar com o serviço de apoio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas — NAPNE. Dentre as principais atividades previstas, podem ser citadas a oferta de instrumentos especiais para pessoas com deficiência física (órteses, próteses, equipamentos para a superação de baixa visão ou baixa audição), o desenvolvimento de ações para a superação de barreiras arquitetônicas, atitudinais e pedagógicas, a criação e aplicação de estratégias para a garantia da educação inclusiva, com um planejamento e atendimento diferenciados.

# 6. INFRAESTRUTURA

## 6.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS MATERIAIS

O *Campus* Guajará-Mirim está em processo de expansão de sua infraestrutura, com garantia dos ambientes e recursos para a realização do curso. Os setores de atendimento possuem equipamentos e mobiliários adequados, além de pessoal de apoio para organização dos espaços e instrumentos de trabalho. Para atender, de forma adequada, às necessidades acadêmicas, foram projetadas suas instalações prediais dentro dos padrões exigidos pelos órgãos de controle. As instalações prediais construídas, de excelente qualidade, são em alvenaria e estrutura de concreto

armado, com fechamento em vidro e tijolo cerâmico, piso cerâmico antiderrapante, revestimento externo com reboco, massa acrílica e no interno com reboco, massa corrida, pintura látex/acrílica, textura e azulejos (laboratórios e conjuntos sanitários) com portas internas de madeira e janelas com vidro temperado. A instalação elétrica está de acordo com as normas da concessionária local.

Na parte interna, todo o sistema é embutido com quadros de distribuição de acordo com as cargas, interruptores, tomadas e luminárias fluorescentes distribuídos em conformidade com as necessidades e código de obra. Todos os ambientes são climatizados por ar condicionados tipo Split, dimensionados de acordo com a área e normas técnicas. A instalação hidrossanitária atende às normas da concessionária local, inclusive às exigências de segurança. O prédio utiliza cobertura segundo as normas técnicas e de acordo com o indicado nos instrumentos editados pelos órgãos de controle.

### 6.1.1 Estrutura Física

Para melhor detalhar a estrutura física e acadêmica do *Campus* para o funcionamento do curso em tela, será apresentado, a seguir, um quadro contendo as repartições e dependências a serem utilizadas por professores e alunos no exercício das atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e na realização de outras atividades que sejam complementares ao processo de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

**Quadro 7-** Infraestrutura e respectivas quantidades e tamanhos em metros quadrados

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	TAMANHO
Sala de aula	20	64,94 m <sup>2</sup>
Biblioteca	1	118,85 m <sup>2</sup>
Sala de professores	1	86,42 m <sup>2</sup>
Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas	1	32,51 m <sup>2</sup>
Sala – CAED	1	64,94 m <sup>2</sup>
Laboratório de informática	2	64,9 m <sup>2</sup>
Laboratórios de Ciências I	1	86,4 m <sup>2</sup>
Laboratórios de Ciências II	1	64,9 m <sup>2</sup>
Laboratório de Semiotécnica	1	64,94 m <sup>2</sup>
Sala da Direção-Geral	1	27 m <sup>2</sup>
Gabinete da Direção-Geral	1	27 m <sup>2</sup>
Sala das Coordenações e Apoio ao Ensino	1	38,5 m <sup>2</sup>

Sala de Apoio Administrativo- CRA	1	27 m <sup>2</sup>
Sala de Direção de Ensino	1	27 m <sup>2</sup>
Sala de Direção de Planejamento e Administração-DPLAD	1	54 m <sup>2</sup>
Centro de convivência	1	1166,82 m <sup>2</sup>

**Fonte:** Plano de Manutenção Preventiva e Corretiva da Infraestrutura Institucional - IFRO *campus* Guajará-Mirim, 2020.

### 6.1.2 Recursos materiais

Os recursos materiais necessários para a realizao do curso estão descritos de acordo com cada ambiente que compõem a infraestrutura do *campus* (seo 6).

### 6.1.3 Salas de Aula

A Instituio disponibiliza aos seus acadêmicos salas de aula adequadas e confortáveis, com 64,94 m<sup>2</sup> de dimensão, construídas em alvenaria e concreto armado, com fechamento em vidros temperados, piso cerâmico antiderrapante, revestimento em massa corrida e pintura látex/acrílica. A instituio dispõe de TVs e projetores multimdia para utilizao durante as aulas. Todas as salas de aula que são utilizadas são mobiliadas com 40 carteiras individuais, com acabamento em frmica, quadros brancos e climatizadas com central de ar condicionado. O IFRO conta com salas de aula padronizadas, com capacidade para 40 alunos e planejadas para oferecer as melhores condioes de aprendizagem, atendendo às disposioes regulamentares quanto  dimensão, iluminao, ventilao, mobiliário e limpeza.

### 6.1.4 Sala de Professores

O *Campus* conta com uma sala de professores, mobiliada com mesas de trabalho, geladeira, cadeiras e espaços destinados ao trabalho individual.

## 6.2 INFRAESTRUTURA DE ACESSIBILIDADE S PESSOAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

### 6.2.1 Acessibilidade para pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida.

Para atender à Lei Federal não 10.098/2000 e o Decreto não 5.296/2004, o *Campus* está se adaptando para proporcionar condioes de acesso e utilizao de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com necessidades específicas ou com mobilidade reduzida, inclusive adaptao de sala de aula, biblioteca, auditórios, instalaoes desportivas, laborrios, áreas de lazer, estacionamento e sanitários.

Atualmente o *campus* Guajará-Mirim, proporciona as seguintes adaptaes:

- Estacionamento e/ou acesso adequado e reservado, próximo às edificaes,
- Piso Tátil, no *Hall* de entrada do *campus*;
- Elevador, para pessoas com necessidades específicas; <https://www.estudegratis.com.br/>
- Dois bebedouros, para pessoas com necessidades específicas;
- Placas em Braille, para identificação das salas;
- Os sanitários são adaptados para pessoas com deficiência, com equipamentos e acessórios;
- Largos corredores, facilitando a locomoção e acesso aos vários ambientes;
- Locais de reunião com espaços reservados, facilitando a acessibilidade.

### 6.2.2 Acessibilidade para alunos com deficiência visual

O *Campus* Guajará-Mirim possui equipamentos que favorecem a acessibilidade para alunos com deficiência visual como uma impressora braile, impressora em alto relevo, regletes, sorobans e softwares específicos, a fim de facilitar o ensino e a aprendizagem a todos os alunos.

### 6.2.3 Acessibilidade para alunos com deficiência auditiva

Historicamente, as pessoas com necessidades educacionais específicas têm sido alvo de discriminação e preconceito em todos os aspectos da vida comunitária. Nos últimos trinta anos, porém, tem-se observado uma mudança substancial em uma longa trajetória, que tem episódios que vão desde o aniquilamento e isolamento em instituições específicas — muitas vezes tidas como “depósitos” — até a conquista de direitos assegurados em documentos oficiais em âmbito nacional e internacional. Segundo o IBGE, Censo 2000, no Brasil existem 24,6 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência ou incapacidade, o que representa 14,5% da população brasileira. Um marco significativo que demonstra o avanço das conquistas dos movimentos de surdos, por exemplo, está mencionado no Decreto n 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei n 10.436, de 24 de abril de 2002, dispondo sobre a Língua Brasileira de Sinais — Libras, e o art. 18 da Lei Federal n 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata da acessibilidade de pessoas com necessidades específicas.

 possível a construção de novos sentidos para o trabalho de educação no campo da diferença, a partir do momento em que a educação possa ser compreendida como um processo amplo, de gestão participativa e comprometida com as múltiplas necessidades e possibilidades inerentes ao campo da inclusão. O *Campus* conta com dois profissionais intérpretes de libras em seu quadro técnico, e está se adaptando para adquirir equipamentos que favoreçam a acessibilidade para alunos com deficiência auditiva.

## 6.3 INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA

### 6.3.1 Laboratórios



O IFRO - *Campus* Guajará-Mirim coloca a serviço das necessidades acadêmicas dos seus alunos, dois Laboratórios de Informática, com 40 computadores com acesso à internet, dispostos em 40 mesas individuais com 40 cadeiras, onde todos os equipamentos são utilizados diariamente, das 7h30min às 22h30min. Além dos acessos nos Laboratórios de Informática, há internet wireless no perímetro do *Campus*, a qual o acadêmico tem acesso via IFRO Visitantes.

A escolha do laboratório e as instalações especiais atendem às necessidades dos cursos oferecidos, levando-se em conta o número de alunos e a relação custo benefício.

A atualização do laboratório varia de acordo com as novas tecnologias e a manutenção é feita por profissionais especializados. A operacionalização dos equipamentos é de responsabilidade dos docentes e técnicos do IFRO.

A atualização tecnológica e a manutenção de equipamentos correspondem às ações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), do Plano de Ação do Campus e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, que prevê a aquisição de equipamentos. Todavia, a atualização poderá ser desenvolvida também por meio de ações complementares pelos servidores do IFRO, enquanto a manutenção ficará a cargo tanto de técnicos especializados quanto dos que manuseiam os equipamentos nos processos de formação acadêmica.

A manutenção do laboratório é realizada de forma preventiva e corretiva, planejadas pela Coordenação de Curso e demais gestores do IFRO *campus* Guajará-Mirim. A atualização do laboratório é realizada a cada ano, de acordo com as atividades docentes e discentes relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, segundo a dotação orçamentária do *campus*.

## 6.4 INFRAESTRUTURA DE LABORATÓRIOS

### 6.4.1 Laboratórios Didáticos de Formação Básica

A existência de laboratórios equipados é essencial para a qualidade do processo de ensino e aprendizagem na prática. Estes laboratórios possuem os equipamentos básicos necessários e o material de consumo disponível para as experiências, com bancadas, banquetas/cadeiras, equipamentos específicos, quadro branco, computador interligado ao projetor multimídia e acesso à internet, dentre outros requisitos.

Os Laboratórios de Informática possuem no total 80 (oitenta) computadores da marca LENOVO, ligados em *nobreaks*, com acesso à internet e programas necessários para o

desenvolvimento dos trabalhos escolares e pesquisas. Os alunos têm livre acesso ao laboratório, das 7h10min às 22h30min, exceto aos sábados, domingos e feriados.

Em virtude das características do curso de pós-graduação voltado à saúde pública na modalidade EaD, o primordial ambiente didático será o Ambiente Virtual de Aprendizagem por ser o espaço no qual será realizada a construção do conhecimento.

Entretanto, a articulação do ensino e da aprendizagem pode dar-se em outros espaços, como é o caso dos laboratórios de Ciência e Semiotécnica. As atividades desenvolvidas nesses laboratórios buscarão complementar a produção do saber através de distintos contextos de aprendizagens.

O *campus* Guajará-Mirim, conta com o seguinte espaço para realização de sua atividade de formação básica:

#### **Quadro 8 - Laboratórios Didáticos de Formação Básica**

<b>LABORATÓRIO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Laboratório de Ciência I e II	2
Laboratório de Semiotécnica	1

#### **6.4.2. Laboratórios Didáticos de Formação Específica**

Os recursos tecnológicos são imprescindíveis para a realização de qualquer atividade no contexto atual. A tecnologia passou a ser uma aliada importante para todo tipo de tarefa, especialmente na EaD – que precisa contar com redes informáticas internas, telefones e outros equipamentos que favorecem o desenvolvimento de aulas dinâmicas, criativas, interativas e modernas, tais como aparelhos de projeção multimídia, TVs, computadores e impressoras. Assim, a oferta do curso de Pós-Graduação em Saúde Pública, modalidade em Educação a Distância, conta com o Ambiente Virtual de Aprendizagem, Sistema Acadêmico Administrativo, SUAP e outros recursos de atendimento.

### **6.5 BIBLIOTECA**

#### **6.5.1 Espaço físico**

O *campus* Guajará-Mirim conta com uma biblioteca aos alunos, em ambiente climatizado, dinâmico e organizado, contendo referências bibliográficas imprescindíveis a sua formação. Entende-se que o conhecimento construído ao longo dos tempos, especialmente sistematizados em livros e outras formas de divulgação, deve ser objeto de estudo e ficar disponibilizado aos alunos, para a

fundamentação teórica de suas atividades estudantis e profissionais. Por isso, salienta-se a importância a ser dada à Biblioteca, que conta ainda com acervo virtual de consulta e sistemas de acesso a este acervo.

A consulta ao acervo poderá ser realizada nos terminais da biblioteca ou via Web que poderá ser feita em qualquer computador conectado à Internet. Na consulta local, os funcionários da biblioteca estarão à disposição dos usuários, orientando-os individualmente na pesquisa do material solicitado, seja nos terminais ou nas estantes. Além disso, docentes e alunos poderão contar com uma biblioteca virtual, com livros, revistas, artigos em formato digital, links, vídeos, faixas de áudio e objetos de aprendizagem, que podem ser acessados de qualquer lugar.

### **6.5.2 Demonstrativo da relação unidade/quantidade**

A biblioteca opera com um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso ao acervo. O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares cuja política de empréstimo domiciliar prevê o empréstimo máximo de (03) três livros concomitantemente e o prazo máximo de 07 (sete) dias para o aluno e no máximo 5 (cinco) livros concomitantemente e o prazo de 14 (quatorze) dias para os professores, além de manter pelo menos 1 (um) volume para consultas na própria Instituição. Os Técnicos Administrativos em Educação, estagiários e temporários também poderão fazer empréstimos de livros.

O acervo deverá estar dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos contemplando todas as áreas de abrangência do curso. O funcionamento de bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO, estão reguladas pela resolução no 21/CONSUP/IFRO/2015.

## **6.6 OUTROS AMBIENTES ESPECÍFICOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

O *campus* conta com instalações físicas que atendem às necessidades para realização de pequenos e médios eventos, tais como: sala de conferências e amplo pátio coberto.

## **7. TECNOLOGIA DE EAD (PARA OS CURSOS A DISTÂNCIA)**

### **7.1 PRODUÇÃO EM EAD**

O *Campus* Guajará-Mirim do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, será o Campus responsável pela gestão, desenvolvimento e oferta das disciplinas e dos materiais necessários ao aprendizado dos acadêmicos. Será responsável também pela operacionalização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) em EaD, bem como pela gestão da produção das diversas mídias educacionais em parceria com o *Campus* Porto Velho Zona Norte.

O *Campus* contará com o apoio de setores pedagógicos e técnico administrativo especializado,

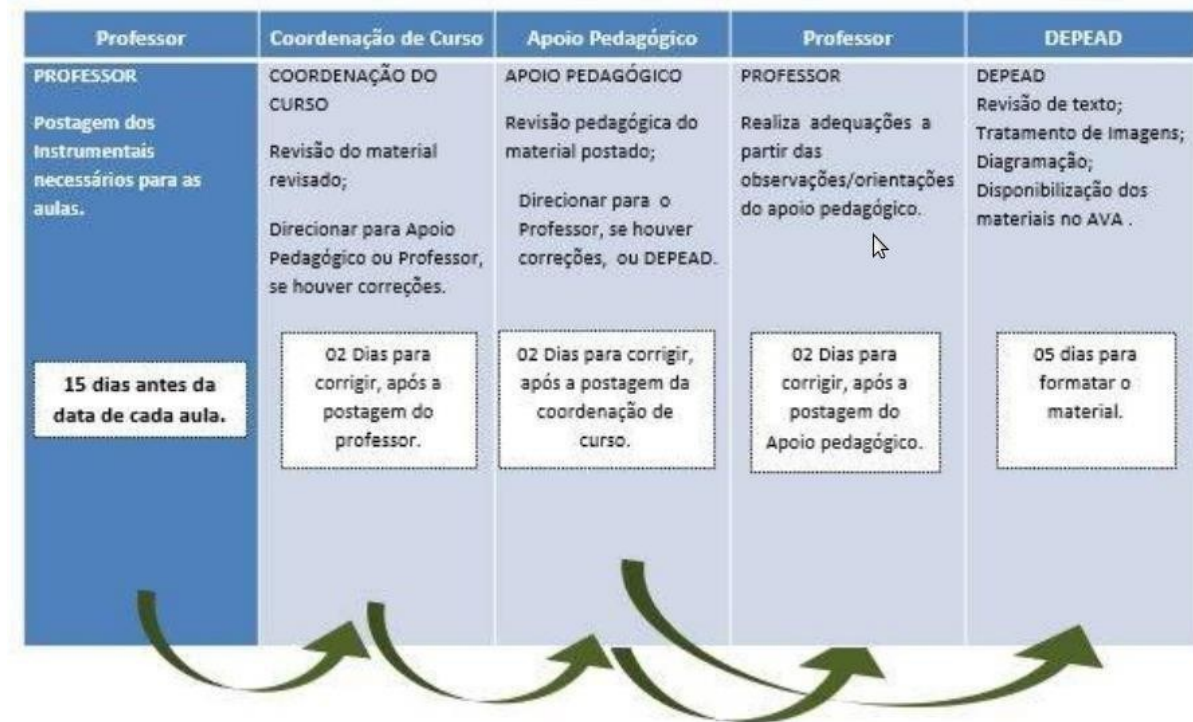
para o atendimento às demandas específicas da área de produção do material pedagógico e com disponibilização aos acadêmicos no ambiente de aprendizagem. Estes setores são:

- Coordenação de Design Visual e Ambientes de Aprendizagem (CDVAA / *Campus* Zona Norte): Elabora, modela e gerencia ambientes virtuais de aprendizagem, desenvolvendo outras atividades inerentes à coordenação. A CDVAA é responsável pelo desenvolvimento, inovação e manutenção de tecnologias, infraestruturas e equipamentos tecnológicos, além de apoiar os cursos e servidores do IFRO nos processos da EaD;
- Coordenação de Educação a Distância: Gerencia o(s) polo(s) quanto aos aspectos administrativos e pedagógicos, articulando-se com os diretores dos Campi e coordenadores de polos;
- Coordenação de Geração e Produção Audiovisual (*Campus* Porto Velho Zona Norte): É responsável pela obtenção dos recursos materiais necessários à realização dos programas, bem como pelos locais de encenação ou gravação, pela disponibilidade dos estúdios e das locações, inclusive instalação e renovação de cenários. Além de planejar e providenciar os elementos necessários à produção. Coordena os processos de pré-produção, produção e pós-produção de conteúdos midiáticos audiovisuais;
- Coordenação de Material e Design Instrucional (*Campus* Porto Velho Zona Norte): Esta coordenação possui por finalidade o planejamento, organização, formatação e desenvolvimento de metodologias de ensino, materiais didáticos e atividades pedagógicas para Educação a Distância. Coordena os processos de pré-produção, produção e pós-produção de conteúdos midiáticos impressos e/ou em formato digital;
- Revisor Textual: Analisa, revisa e emite parecer quanto aos conteúdos de áreas específicas, assim como à estrutura semântica, morfológica, sintática e estilística.

## 7.2 PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

A produção de material didático será feita pelos próprios professores do IFRO e segue o fluxo definido na Figura 1:

**Figura 1** - Fluxo de produção de material didático elaborado pelos professores da disciplina.



**Fonte:** IFRO, 2020.

Além disso, a produção envolve a padronização dos elementos que compõem o ambiente virtual de cada disciplina, devendo ter, pelo menos, os itens abaixo:

Carta de Navegação contendo:

- Texto de boas-vindas ao aluno;
- Apresentação da disciplina e do curso;
- Apresentação da ementa da disciplina;
- Apresentação do objetivo geral da disciplina;
- Citar os conteúdos que serão trabalhados na aula e como eles irão contribuir para a formação do aluno;
- Citar os objetivos da aula;
- Atividades de Percurso (conteúdos da atividade e prazos);
- Chaves de respostas;
- Material base e complementar: Apostila, livro, videoaula, entre outros. Plano de Ensino. Material de apoio.

### 7.3 FERRAMENTAS DE APRENDIZAGEM

As ferramentas de interação do ambiente virtual de aprendizagem são muito importantes neste processo da construção do conhecimento. O AVA conta com várias ferramentas tecnológicas que permitem a organização do curso. São ferramentas síncronas e assíncronas, sendo as síncronas aquelas que os participantes estão conectados no ambiente simultaneamente, já as ferramentas assíncronas significam o oposto, isto é, os interlocutores interagem no sistema em tempos diferentes.

As principais ferramentas disponíveis aos cursistas AVA são, dentre outras: questionário, chat, fórum, lição, tarefa, pasta, glossário, arquivo, rótulo, além de demais recursos complementares e externos em ampliação da ambiência virtual.

Além das ferramentas próprias do Ambiente Virtual de Aprendizagem, os alunos também poderão contar com:

- **Multimeios:** Serão disponibilizados softwares, vídeos educativos e periódicos que estarão disponíveis nos espaços virtuais destinados a este fim;
- **Refratário/Repositório de Materiais Digitais Pedagógicos:** Desenvolvido pelos parceiros, em rede, este espaço aglutina materiais produzidos e disponíveis nas áreas das disciplinas do curso. Este ambiente visa instrumentar o aluno no desenvolvimento de sua formação;
- **Biblioteca Virtual:** Livros e periódicos estarão disponíveis na biblioteca virtual do IFRO, com amplo acesso de forma remota por todos os alunos do curso.

## **8. BASE LEGAL**

Esse Projeto Pedagógico de Curso de Pós-Graduação foi elaborado com base em documentos legais que orientam a prática educacional em instituição particular ou pública em todo território brasileiro. Também apresenta, para fins de consulta e análise que julgar necessárias, as normas e regulamentos pertinentes à formação de profissionais para sua execução.

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de Outubro de 1988;
- Decreto nº 5296, de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Decreto nº 7566 de 23 de setembro de 1909, que cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito;
- Lei nº 11534 de 25 de outubro de 2007, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências;
- Lei nº 8.670 de 30 de junho de 1993, que dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências;
- Lei nº 10098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá

outras providências;

- Lei nº 10098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- Lei nº 10436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências;
- Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências;
- Lei nº 11892 de 29 de dezembro de 2008, que institui em âmbito nacional a rede de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- Lei nº 1548/2012, que dispõe da doação de terreno da Prefeitura Municipal de Guajará-Mirim para o IFRO;
- Lei nº 8080, de 19 de Setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;
- Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, 2018;
- Portaria nº 1053 de 5 de setembro de 2017, que dispõe sobre alteração de tipologia de unidade de ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.
- Portaria nº 1170 de 21 de setembro de 2010, que autoriza, de conformidade com o Anexo à presente Portaria, as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a promover o funcionamento dos seus respectivos *campus*;
- Portaria nº 1366 de 06 de dezembro de 2010, que autoriza, de conformidade com o Anexo à presente Portaria, as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica a promover o funcionamento dos seus respectivos *Campus*;
- Portaria nº 330 de 23 de abril de 2013, que dispõe sobre a autorização de funcionamento dos campi que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- Portaria nº 331 de 23 de abril de 2013, que dispõe sobre os campi que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- Portaria nº 378 de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a autorização de funcionamento dos campi que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;

- Portaria nº 707 de 09 de junho de 2008, que autoriza o funcionamento da Escola Técnica Federal de Rondônia, unidade de Ji-Paraná;
- Portaria nº 4 de 06 de janeiro de 2009, que estabelecer a relação dos campi que passarão a compor cada um dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- Portaria nº 1429 de 28 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a autorização de funcionamento dos campi que integram a estrutura organizacional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- Resolução CNE/CES nº 01, de 06 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior, conforme prevê o Art. 39, § 3º, da Lei nº 9.394/1996, e dá outras providências;
- Resolução CNE/CES nº 01 de 08 de julho de 2007, que estabelece as normas gerais de funcionamento dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*;
- Resolução CNJ nº 228 de 22 de junho de 2016, que regulamenta a aplicação, no âmbito do Poder Judiciário, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, celebrada na Haia, em 5 de outubro de 1961 (Convenção da Apostila);
- Resolução nº 12/REIT - CONSUP/IFRO de 22 de janeiro de 2020, que dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação – PROFNIT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO, Campus Porto Velho Zona Norte;
- Resolução nº 14/CONSUP/IFRO de 02 de julho de 2015, que dispõe sobre o Regulamento de Mobilidade Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO;
- Resolução nº 16/CONSUP/IFRO de 03 de julho de 2015, que dispõe sobre o Regulamento dos Grupos de Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO;
- Resolução nº 17/CONSUP/IFRO de 26 de março de 2018, dispõe sobre o regulamento da organização acadêmica dos cursos de Pós-Graduação Lato Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
- Resolução nº 21/CONSUP/IFRO, de 06 de Junho de 2015, que dispõe sobre o Regulamento de Funcionamento de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO;
- Resolução nº 26/CONSUP/IFRO de 26 de julho de 2015, que Regulamenta o Programa Institucional de Pesquisa-PIP do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia;
- Resolução nº 36/CONSUP/IFRO de 17 de junho de 2020, que dispõe sobre o Regulamento de



Funcionamento de Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia-IFRO;

- Resolução nº 59/REIT - CONSUP/IFRO de 01 de novembro de 2019, que dispõe sobre a aprovação do Credenciamento e Autorização de funcionamento de Polo Internacional de Educação a Distância (EaD) junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia – IFRO;
- Resolução nº 88/REIT - CONSUP/IFRO, de 18 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a Criação e Autorização de Funcionamento do Curso Bacharelado em Medicina Veterinária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Jaru.

Os casos omissos devem ser avaliados pela Coordenação do Curso de Pós-Graduação juntamente com a CPOSG do *campus* Guajará-Mirim considerando a resolução nº 36/REIT - CONSUP/IFRO, de 17 de junho de 2020 e regulamentos próprios do curso.

## 9. REFERÊNCIAS

BRASIL/MEC. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

ALMEIDA, M. E. B. **Tecnologia e educação a distância: abordagens e contribuições dos ambientes digitais e interativos de aprendizagem**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.2, p. 327-340, jul./dez. 2003.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2010.

## 10. APÊNDICE: PLANO DE DISCIPLINA

### APÊNDICE A – EMENTAS

PLANO DE DISCIPLINA		
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Saúde Pública		
<b>Disciplina:</b> Saúde Pública – Introdução e Legislação		
<b>Módulo:</b> I	<b>Carga Horária:</b>	60h
<b>Objetivo Geral:</b>		
Proporcionar ao discente discutir os marcos da Saúde Pública no Brasil e o processo de construção e organização do Sistema Único de Saúde.		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Contextualizar as bases teóricas e históricas do campo da saúde pública.</li> <li>- Abordar os problemas da construção de um sistema de saúde pública no Brasil.</li> <li>- Estimular o exercício analítico dos problemas de saúde no Brasil nos contextos histórico, econômico e cultural do desenvolvimento da saúde pública no país.</li> </ul>		
<b>Ementa:</b>		
História e conceito em saúde pública. Estado e política social: a política de saúde. Processo de saúde e doença e serviços de saúde. Processo de saúde e doença indivíduo e população. Determinação social de saúde. História da política de saúde no Brasil. Legislação do SUS. Organização e funcionamento do SUS. Contexto atual da saúde no Brasil.		
<b>Metodologias de ensino e aprendizagem:</b>		
Aulas expositivas, discussões em grupo por meio de fórum, pesquisa bibliográfica orientada e exercício de fixação.		
<b>Previsão de trabalhos discentes:</b>		
Fórum e questionário.		
<b>Avaliação:</b>		
Prova com questões objetivas e subjetivas.		
<b>Referências básicas:</b>		
GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L.V. C; NORONHA, J.C; CARVALHO, A. I (Organizadores). Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. 2 ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012.		
BERTOLLI FILHO, C. História da Saúde Pública no Brasil. Ática, Rio de Janeiro, 2011.		

ROCHA, A. A.; CESAR, C.L.G.; RIBEIRO, H. Saúde Pública Bases Conceituais. 2 ed. Atheneu, Rio de Janeiro, 2013.
<b>Referências complementares:</b>
CAMPOS, G.W.S.; BONFIM, J.R.A.; MINAYO, M. C. S; AKERMAN, M.; DRUMOND JÚNIOR, M.; CARVALHO, Y.M.. Tratado de Saúde Coletiva. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 2014.
_____. Decreto Nº 8.243, de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS. Diário Oficial da União, Brasília – DF, 26 mai. 2014.
.

PLANO DE DISCIPLINA	
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Saúde Pública	
<b>Curso:</b> Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Saúde Pública	
<b>Disciplina:</b> Gestão dos Serviços de Saúde	
<b>Módulo:</b> I	<b>Carga Horária:</b> 40H
<b>Objetivo Geral:</b>	
Compreender a gestão dos serviços de saúde nos diversos níveis de atenção à saúde no que se refere à organização, funcionamento e avaliação.	
<b>Objetivos Específicos:</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Entender o processo gerencial dos serviços de saúde;</li> <li>- Conhecer a Rede de Atenção à Saúde - RAS;</li> <li>- Reconhecer as especificidades, fluxos, redes e ações dos serviços de saúde nos diferentes níveis de atenção;</li> <li>- Discutir conceitos e modelos de análise de produtividade e qualidade de serviços.</li> </ul>	
<b>Ementa:</b>	
Gerenciamento dos serviços de saúde. Redes e referências para os serviços de saúde. Indicadores de qualidade e produtividade dos serviços de saúde.	
<b>Metodologia de ensino e aprendizagem:</b>	
Aulas expositivo-dialogadas, apresentação de seminários, discussões em grupo, pesquisa bibliográfica orientada.	
<b>Previsão de trabalhos discentes:</b>	
Apresentação de seminário	

<b>Avaliação:</b>
Estudo dirigido
<b>Referências básicas:</b>
<p>GRAZIELA JULIÃO, JANETE MADALENA ARCARI, KAREN CARDOSO; revisão técnica : Margareth Schreiner. Gestão de serviços de saúde. Porto Alegre : SAGAH, 2020.</p> <p>PORTARIA Nº 4.279, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010. Diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);</p> <p>MENDES, E. V. Os fundamentos das redes de atenção à saúde. In: MENDES, E. V. As redes de atenção à saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011. cap. 2, p. 71-84.</p>
<b>Referências complementares</b>
<p>Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. A Atenção Primária e as Redes de Atenção à Saúde / Conselho Nacional de Secretários de Saúde. – Brasília: CONASS, 2015. 127 p.</p> <p>Kuazaqui, Edmir Marketing e gestão estratégica de serviços em saúde / Edmir Kuazaqui, Luiz Carlos Takeshi Tanaka. -- São Paulo : Thomson Learning, 2008.</p> <p>PORTARIA Nº 1.645, DE 2 DE OUTUBRO DE 2015. Dispõe sobre o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB).</p> <p>Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual instrutivo do Pmaq para as equipes de Atenção Básica (Saúde da Família, Saúde Bucal e Equipes Parametrizadas) e Nasf / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015.</p>

PLANO DE DISCIPLINA		
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Saúde Pública		
<b>Disciplina:</b> Saúde Preventiva e Promoção da Saúde		
<b>Módulo:</b> I	<b>Carga Horária</b>	40h
<b>Objetivo Geral:</b>		
- Identificar ferramentas e mecanismos para a efetivação da saúde preventiva e promoção da saúde.		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
- Identificar os fundamentos teóricos de promoção da saúde;		

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compreender o contexto histórico norteador das políticas de promoção da saúde no Brasil;</li> <li>- Apresentar e problematizar a promoção da saúde como modo de reflexão sobre o desenvolvimento da prática pelo poder público.</li> <li>- Compreender a importância dos programas de saúde preventiva no aspecto social.</li> <li>- Apresentar os diferentes níveis de atenção à saúde.</li> </ul>
<b>Ementa:</b>
Estratégias de promoção da saúde como política pública. Promoção da saúde e da qualidade de vida: histórico, conceitos e princípios. Programas de saúde preventiva e estudo dos mecanismos de ações de saúde preventiva e seus programas visando o ponto de vista de seus clientes e profissionais da saúde e sua importância. Prevenção de doenças e agravos à saúde. Os diferentes níveis de atenção à saúde.
<b>Metodologias de ensino e aprendizagem:</b>
Aulas expositivas, discussões em grupo por meio de fórum, pesquisa bibliográfica orientada e exercício de fixação e outros métodos.
<b>Previsão de trabalhos discentes:</b>
Fórum, questionário e outros trabalhos.
<b>Avaliação:</b>
Prova com questões objetivas, subjetivas e outras avaliações.
<b>Referências básicas:</b>
<p>BRASIL. Ministério da Saúde. <b>Política Nacional de Promoção da Saúde</b>. PNPS: revisão da Portaria MS/GM nº 687, de 30 de março de 2006/ Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.</p> <p>CAMPOS, G. W. De S. <i>et al.</i> <b>Tratado de Saúde Coletiva</b>. Hucitec, 2017.</p> <p>CZERESNIA, D., FREITAS, C.M. <b>Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências</b>. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.</p>
<b>Referências complementares:</b>
<p>CASTRO, A., MALO, M. <b>SUS: Ressignificando a promoção da saúde</b>. São Paulo: Hucitec, 2006.</p> <p>HELMAN, C. G. <b>Cultura, Saúde e Doença</b>. Porto Alegre: Artes Médicas, 2009.</p> <p>ROCHA, D. G. et al. <b>Processo de revisão da Política Nacional de Promoção da Saúde: múltiplos movimentos simultâneos</b>. <i>Ciência &amp; Saúde Coletiva</i>, Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p. 4313-4322, 2014.</p>

TEIXEIRA, C.; SOLLA, J. **Modelo de atenção à saúde: promoção, vigilância e à saúde da família.** EDUFBA, 2006.

PLANO DE DISCIPLINA		
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Saúde Pública		
<b>Disciplina:</b> Saúde Pública na Amazônia		
<b>Módulo:</b> I	<b>Carga Horária:</b>	30h
<b>Objetivo Geral:</b>		
Proporcionar aos participantes o aperfeiçoamento de sua formação, de modo a habilitá-los a discutir criticamente acerca do tema das políticas públicas ambientais na Amazônia.		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Conhecer os processos de saúde coletiva na Amazônia;</li> <li>● Entender o processo de adoecimento no contexto Amazônico;</li> <li>● Possibilitar a capacidade de participar de equipes multidisciplinares, desenvolver estudos, reconhecer as possibilidades de atuação e as implicações da tomada de decisão e da construção da Saúde Pública na Amazônia;</li> <li>● Conhecer a organização e promoção de cuidados da saúde da família na realidade Amazônica.</li> </ul>		
<b>Ementa:</b>		

<p>Fundamentos do processo de cuidar em Saúde Coletiva no contexto amazônico. O ambiente no processo saúde doença: determinantes ecológicos do adoecimento no contexto amazônico. Processos de trabalho para o cuidado em saúde no contexto amazônico. Integralidade do cuidado na saúde. Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade. Organização e promoção dos cuidados de saúde da família no nível individual e coletivo da realidade amazônica.</p>
<p><b>Metodologias de ensino e aprendizagem:</b></p>
<p>Aulas expositivas e dialogadas, discussões em grupo por meio de fórum, pesquisa bibliográfica orientada e exercício de fixação.</p>
<p><b>Previsão de trabalhos discentes:</b></p>
<p>Questionário e Seminário</p>
<p><b>Avaliação:</b></p>
<p>Prova com questões objetivas e subjetivas.</p>
<p><b>Referências básicas:</b></p>
<p>BUCHILLET, D. (Org.). Medicinas tradicionais e medicina ocidental na Amazônia. Belém: MPEG/UEP, 1991.</p> <p>MELO, M. F. T.; SILVA, H. P. Doenças crônicas e os determinantes sociais da saúde em comunidades quilombolas do Pará, Amazônia, Brasil. Revista da ABPN, v. 7, n. 16, p. 168-189, 2015.</p> <p>PRADO, M. L. et al. Políticas públicas na formação em saúde: contribuição da enfermagem para superação das desigualdades regionais brasileiras. Texto Contexto Enferm, v. 16, n. 3, p. 531-5, 2007.</p>
<p><b>Referências complementares:</b></p>
<p>CIDADE, L. C. F. Teoria, análise crítica e o desafio do pensamento interdisciplinar na confluência de saúde coletiva, ambiente e geografia. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 19, n. 1, p. 343-347, 2012.</p> <p>FARIA, I. B. R. et al. O processo de trabalho em saúde da família no contexto do interior da Amazônia. Cogitare Enfermagem, v. 15, n. 2, 2010.</p>

PLANO DE DISCIPLINA		
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Saúde Pública		
<b>Disciplina:</b> Metodologia da Pesquisa Aplicada à Saúde		
<b>Módulo:</b> I	<b>Carga Horária</b>	30h
<b>Objetivo Geral:</b>		
Proporcionar ao discente a possibilidade de conhecer diferentes tipos de pesquisa na área da saúde, formas e métodos da redação científica com inserção nacional e internacional, métodos avaliativos de qualificação da produção científica e proporcionar momentos de reflexão e criação de trabalhos científicos e técnicos.		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Identificar aspectos relevantes para a elaboração de trabalhos científicos e técnicos;</li> <li>- Reconhecer conceitos e teorias que envolvem a evolução do conhecimento e a pesquisa no campo da saúde;</li> <li>- Realizar avaliação crítica de pesquisas em saúde envolvendo estratégias quantitativas e qualitativas de investigação;</li> <li>- Realizar pesquisa dos métodos de investigação utilizados no campo da saúde.</li> </ul>		
<b>Ementa:</b>		
Princípios da investigação científica e tecnológica em Ciências da Saúde; processo de elaboração de projeto de pesquisa, da ideia à teoria; delineamento de pesquisa; redação e comunicação científica; o papel da pesquisa bibliográfica na identificação e elaboração de problemas científicos; tipos de estudos na área da saúde (quantitativo e qualitativo).		
<b>Metodologias de ensino e aprendizagem:</b>		
Aulas expositivas, discussões em grupo por meio de fórum, pesquisa bibliográfica orientada e outros métodos.		
<b>Previsão de trabalhos discentes:</b>		
Fórum, interpretação e produção de texto científico, e outros métodos.		
<b>Avaliação:</b>		
Prova com questões objetivas, subjetivas e interpretativas. Avaliação de produção de textos científicos.		
<b>Referências básicas:</b>		



VIEIRA, S.; HOSSNE. Metodologia científica para a área da saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2015.

CRESWELL, J.W.; CRESWELL, J. D. Projeto de pesquisa: métodos quantitativo, qualitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.

MEDEIROS, J. B.. Redação científica: prática de fichamentos, resumos, resenhas. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

**Referências complementares:**

POLIT, DF; BECK, CT. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: avaliação de evidências para a prática de enfermagem. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

OLIVEIRA, Jorge Leite de. **Texto acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica**. 9. ed. -Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PLANO DE DISCIPLINA

Pós-Graduação *Lato Sensu* em Saúde Pública

**Disciplina:** Políticas e Programas de Saúde

**Módulo:** II

**Carga Horária:**

60h

**Objetivo Geral:**

Conhecer as principais normas e regulamentos que subsidiam o funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS.

**Objetivos Específicos:**

- Compreender as Políticas Públicas de Saúde no contexto do trabalho, de forma que estas subsidiem as ações e os serviços de acordo com o conceito ampliado da saúde, os princípios e as diretrizes preconizadas pelo SUS;
- Conhecer a organização e o funcionamento do sistema de saúde vigente no país;
- Identificar as diversas formas de trabalho do sistema de saúde e suas possibilidades de atuação na área.

**Ementa:**

Políticas Públicas de Saúde no Brasil. Normas Operacionais Básicas. Normas Operacionais da Assistência à Saúde. Pacto pela Vida. Pacto em Defesa do SUS. Pacto de Gestão do SUS.

<b>Metodologias de ensino e aprendizagem:</b>		
Aulas expositivas, discussões em grupo por meio de fórum, pesquisa bibliográfica orientada e exercício de fixação e outros métodos.		
<b>Previsão de trabalhos discentes:</b>		
Fórum, questionário e outros trabalhos.		
<b>Avaliação:</b>		
Prova com questões objetivas, subjetivas e outras avaliações.		
<b>Referências básicas</b>		
<p>SOLHA, R.K.T. Sistema único de saúde – componentes, diretrizes e políticas públicas. São Paulo, Editora: Erica, 2014.</p> <p>CRIVELLARO, J.L.G. Sistema único de saúde e saúde coletiva. Curitiba-PR, Editora LT, 2012.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária executiva. Coordenação de Apoio a Gestão Descentralizada. Diretrizes Operacionais Básicas para os Pactos pela vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Brasília, 2006.</p> <p>_____. Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass). SUS: avanços e desafios. Brasília: Conass, 2006. Disponível em: &lt;<a href="http://www.http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/Livro_Sus.pdf">http://www.conass.org.br/bibliotecav3/pdfs/Livro_Sus.pdf</a>&gt;. Acesso em: 26 de out. de 2020.</p>		
<b>Referências complementares:</b>		
<p>COHN, A. A reforma sanitária brasileira após 20 anos do SUS: Reflexões. Cad. Saúde Pública, v.25, n.7, p.1614-1619, 2009. Disponível em: <a href="http://http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n7/20.pdf">http://http://www.scielo.br/pdf/csp/v25n7/20.pdf</a>. Acesso em: 26 de out. de 2017.</p> <p>BRASIL. Ministério da Saúde. Normas Operacionais Básicas de Saúde - NOB'S/SUS/96.</p> <p>LAVOR, A. et al. A Saúde em Construção. Revista RADIS – Comunicação em Saúde. 104, 2011.</p> <p>_____. Casa Civil. Lei nº 8.080 de 19 de Setembro de 1990.</p> <p>_____. Casa Civil. Lei nº 8.142 de 28 de Dezembro de 1990.</p>		

**PLANO DE DISCIPLINA**

Pós-Graduação *Lato Sensu* em Saúde Pública

**Disciplina:** Gestão de Resíduos e Meio Ambiente

**Módulo:** II

**Carga Horária:**

40h

<b>Objetivo Geral:</b>
Proporcionar aos pós-graduandos o conhecimento dos processos de gestão e legislações sobre tratamento de resíduos em serviços de saúde e ambiente de doenças do trabalho.
<b>Objetivos Específicos:</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>● Entender o ambiente regulatório sobre o tratamento de resíduos em instalações de saúde pública;</li> <li>● Conhecer os riscos ambientais e as bases para implantação de um sistema de gestão ambiental em saúde;</li> </ul>
<b>Ementa:</b>
Tratamento e lançamento de efluentes. Importância do tratamento para conservação ambiental e para o processo Hospitalar. Gestão e tipos de tratamentos. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Gerenciamento de resíduos nos serviços de saúde. Órgãos e empresas responsáveis pelo gerenciamento de resíduos. Fatores e impactos Ambientais. Proteção do Meio Ambiente. legislação vigente. Bases para Implantação do Sistema de Gestão Ambiental.
<b>Metodologias de ensino e aprendizagem:</b>
Aulas expositivas, discussões em grupo por meio de fórum, pesquisa bibliográfica orientada e exercício de fixação e outros métodos.
<b>Previsão de trabalhos discentes:</b>
Fórum, questionário e outros trabalhos.
<b>Avaliação:</b>
Prova com questões objetivas, subjetivas e outras avaliações.
<b>Referências básicas:</b>
<p>PHILIPPI Jr, A.; ROMÉRO, M. de A.; BRUNA G. C. <b>Curso de Gestão Ambiental</b>. Barueri, SP: Manole, 2004.</p> <p>SÁNCHEZ, L. E. <b>Avaliação de impacto Ambiental: conceitos e métodos</b>. São Paulo: Oficina de Texto, 2006.</p> <p>SANTOS, R. F. <b>Planejamento Ambiental: Teoria e Prática</b>. São Paulo: Oficina de Texto, 2004.</p>
<b>Referências complementares:</b>
Conselho Nacional do Meio Ambiente. <b>Resolução 05, de 5 de agosto de 1993</b> . Dispõe sobre o plano de gerenciamento, tratamento e destinação final de resíduos sólidos de serviços de saúde, portos, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários. Diário Oficial da União 1993.

Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução 283, de 12 de julho de 2001.** Dispõe sobre o tratamento e a destinação final dos resíduos dos serviços de saúde. Diário Oficial da União 2001.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução RDC 33, de 25 de fevereiro de 2003.** Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Diário Oficial da União 2003.

PLANO DE DISCIPLINA		
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Saúde Pública		
<b>Disciplina:</b> Vigilância em Saúde		
<b>Módulo:</b> II	<b>Carga Horária</b>	60h
<b>Objetivo Geral:</b>		
Compreender a atuação da vigilância em saúde e as legislações pertinentes.		
<b>Objetivos Específicos:</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Empregar os princípios em Vigilância em Saúde a partir da Vigilância Ambiental e Sanitária;</li> <li>-Identificar os campos de atuação do profissional vigilante em saúde;</li> <li>-Entender os principais conceitos ligados à vigilância e saúde pública;</li> <li>-Identificar as ações desenvolvidas pelas Vigilâncias: epidemiológica, sanitária e ambiental.</li> </ul>		
<b>Ementa:</b>		
Conceitos de vigilância epidemiológica, ambiental e sanitária. Introdução à saúde pública. Territorialização. Diagnóstico de Saúde da comunidade.		
<b>Metodologias de ensino e aprendizagem:</b>		
Aulas expositivas, discussões em grupo por meio de fórum, pesquisa bibliográfica orientada e exercício de fixação e outros métodos.		
<b>Previsão de trabalhos discentes:</b>		
Fórum, questionário e outros trabalhos.		
<b>Avaliação:</b>		
Prova com questões objetivas, subjetivas e outras avaliações.		
<b>Referências básicas:</b>		

CORREA, M.J.M.; et al. Vigilância em saúde do trabalhador no sistema único de saúde – teorias e práticas. Belo Horizonte: Coopmed, 2013.

MONKEN, M.; BARCELLOS, C. Vigilância em saúde e território utilizado: perspectivas teóricas. Cadernos de Saúde Pública, v.21, n.3, p.898-906, 2005.

SILVA, J.A.; DALMASO, A.S.W. Agente Comunitário de Saúde: o ser, o saber, o fazer. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

#### **Referências complementares:**

CARVALHO, S.R. Saúde coletiva e promoção da Saúde: sujeito e mudança. Saúde em Debate. São Paulo: Hucitec, 2005.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Vigilância ambiental em saúde. Brasília, 2002.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Cartilha de vigilância sanitária: cidadania e controle social. 2. ed. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2002.

BRASIL. Ministério da saúde. Técnico em vigilância em saúde: diretrizes e orientações para a formação. Brasília, 2011.

### PLANO DE DISCIPLINA

#### Pós-Graduação *Lato Sensu* em Saúde Pública

**Disciplina:** Seminário Integrador em Saúde Pública

**Módulo:** II

**Carga Horária:**

30h

#### **Objetivo Geral:**

Propiciar um espaço de convergência, integração e articulação dos conteúdos cursados durante as unidades anteriores do curso, aplicando-os na identificação e proposição de resolução de problemas relacionados à saúde pública no contexto amazônico.

#### **Objetivos Específicos:**

- Conhecer os principais desafios da saúde pública no contexto amazônico;
- Integrar os conhecimentos adquiridos nas unidades anteriores na proposição de solução de um problema específico escolhido, por meio um plano de ação;
- Compartilhar a proposta com os demais discentes por meio de seminário integrador.

#### **Ementa:**

Discute temas de relevância para área de Saúde Pública contextualizados pela realidade nacional e regional, tais como Liderança no Trabalho em Saúde; Saúde Ambiental; Determinantes Sociais da Saúde; Saúde Mental; Controle Social; Gestão de Pessoas, dentre outros.

#### **Metodologias de ensino e aprendizagem:**

Aulas expositivas, discussões em grupo por meio de fórum, pesquisa bibliográfica orientada e outros métodos.
<b>Previsão de trabalhos discentes:</b>
Fórum e Seminário
<b>Avaliação:</b>
Fórum avaliativo e Seminário
<b>Referências básicas:</b>
<p>PORTER, M. E.; TEISBERG, E. O. Repensando a Saúde. Estratégias para melhorar a qualidade e reduzir os custos. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2017.</p> <p>VIEIRA, S.; HOSSNE. Metodologia científica para a área da saúde. 2. ed. Rio de Janeiro: GEN Guanabara Koogan, 2015.</p> <p>SCHWEICKARD, J. C., et. a. História e política pública de saúde na Amazônia. 1.ed. Porto Alegre : Rede UNIDA, 2017 (Série Saúde &amp; Amazônia, v.4).</p>
<b>Referências complementares:</b>
<p>SOUZA, O. F. Saúde Pública na Amazônia Ocidental.1.ed. Rio Branco: Stricto Sensu, 2019.</p>

OLIVEIRA, J. A. Espaço, Saúde e Ambiente na Amazônia: Ensaio de geografia da saúde. 1. ed. São Paulo: Outras expressões, 2013.

GARNELO, L. Especificidades e desafios das políticas públicas de saúde na Amazônia. Cadernos de Saúde Pública, v. 35, n.12, 2019.